

FACULDADE LATINO AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

DALVA MARIA FERREIRA

HABITAÇÃO– AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA DA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.

BELO HORIZONTE

2021

Dalva Maria Ferreira

HABITAÇÃO– AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.

Dissertação apresentada para exame de defesa ao
Programa de Pós-Graduação da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais, como requisito
parcial para a conclusão da Maestria em Estado,
Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Virgilio da Silva

Belo Horizonte
2021

Ficha Catalográfica

FERREIRA, Dalva Maria

Habitação – Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida da região Metropolitana de Belo Horizonte. / Dalva Maria Ferreira.

Belo Horizonte: FLACSO/FPA, 2020.

Quantidade de folhas 78 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2020.

Orientador: Dr. Marcos Virgilio da Silva

Dalva Maria Ferreira

**HABITAÇÃO– AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.**

Dissertação apresentada para exame de defesa ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, como requisito parcial para a conclusão da Maestria em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 09 de dezembro de 2021

Prof. Dr. Marcos Virgílio da Silva. FLACSO/FPA

Profa. Dra. Lígia Pinheiro de Jesus. FIAMFAAM Centro Universitário

Profa. Dra. Natália Noschese Fingermann. FLACSO/FPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e saúde. Pela paciência e perseverança, por ter me dado forças de chegar até aqui sem desistir.

A realização do presente trabalho só foi possível pela colaboração e apoio de um conjunto de pessoas às quais quero manifestar o meu apreço e gratidão.

Os meus profundos agradecimentos a todas as pessoas mais próximas, pelo carinho e apoio que me deram ao longo deste percurso. Meus filhos, minha mãe, meus irmãos, minha nora, Cibele, Rafael e especialmente, ao Tiago pelo auxílio nas atividades.

Quero agradecer meu orientador, Professor Marcos Virgílio da Silva pelo apoio proficiente, pelas sugestões e pela disponibilidade ao longo deste caminho.

Quero também agradecer aos diversos professores das disciplinas deste Mestrado, através dos conhecimentos e conselhos que transmitiram pude estar preparada para desenvolver este projeto.

Também quero agradecer ao conjunto as pessoas que, dedicaram o seu tempo nas respostas do questionário e através das suas respostas, permitiram que o estudo empírico fosse realizado.

Eu já não caibo mais nessa casa.
Tudo gigantesco ficou...
Meu corpo.
Minhas roupas.
Meus sonhos.
Minha alma, está grande em demasia, para um lugar tão pequeno.
Já não tem saída certa.
O relógio me oprime, perguntando: quando sairá daí?
Digo: Irei sair em breve, porque preciso existir.
Existir para mim, e para o mundo em si.

RESUMO

O presente estudo foi elaborado com o intuito de avaliar a realização do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) no período 2009-2019, na região Metropolitana de Belo Horizonte. Para ampliar os conhecimentos sobre a questão da moradia, teve como referências MARCONI, (2011). MARICATO, (2015). MARQUES e RODRIGUES (2013). MARTINS (2002), dentre outros. Estes autores e autoras citados apresentam assuntos sobre as construções e desenvolvimento do programa. Para isto, constituiu-se um estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, utilizando como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista. A pesquisa ocorreu em três etapas: (i) coleta de dados sobre o Programa; (ii) sistematização dos dados e construção de indicadores; e (iii) análise e interpretação das informações. Diante do conjunto de dados pôde-se concluir: em termos gerais, o PMCMV até certo ponto o Programa não foi satisfatório em todos os requisitos necessários. As casas são pequenas, em lugares distantes, as ruas são pouco iluminadas, o comércio local é precário, além de pouca segurança e ficarem distantes do hiper centro da cidade.

Palavras-chave: Habitação, indicadores, déficit habitacional.

ABSTRACT

The present study was elaborated with the purpose of evaluating the performance of the My House, My Life Program (PMCMV) in the period 2009-2019, in the Metropolitan region of Belo Horizonte. To expand the knowledge on the issue of housing, Marconi references were Marconi (2011). MARICATO, (2015). MARQUES and RODRIGUES (2013). MARTINS (2002), among others. These authors and authors cited present issues about the construction and development of the program. For this, a qualitative study of exploratory and descriptive nature was constituted, using an interview script as a data collection instrument. The research took place in three stages: (i) data collection about the Program; (ii) systematization of data and construction of indicators; and (iii) analysis and interpretation of information. Given the data set, it was possible to conclude in general terms, the PMCMV to some extent the Program was not satisfactory in all the necessary requirements. The houses are small, in distant places, the streets are poorly lit, the local trade is precarious, in addition to little security and being far from the hyper center of the city.

Keywords: Housing, Indicators, Housing deficit.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BH.....	BELO HORIZONTE
BNH.....	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
CADÚNICO	CADASTRO ÚNICO
CDS	CARTEIRA DE OPERAÇÕES HABITACIONAIS SOCIAIS
COS	CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL
COHAB	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
CONEP	COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA
COVID	CORONA VIRUS DISEASE
COPEP.....	CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÃO
EFCB	ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL
FAR	FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL
FGH	FUNDO GARANTIDOR DE HABITAÇÃO
FGTS	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
FNHIS.....	FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
IBGE.....	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA
MCIDADES	MINISTÉRIO DAS CIDADES
ONGS	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PASEP	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
PLAMBEL	PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
PBH	PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

PBQPH	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
PMCMV	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
PNDU	PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PNH	PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO
PNHR	PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL
PNHU	PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO URBANA
PRODABEL	PLANEJAMENTO E PROJETOS DE BELO HORIZONTE
PRODECOM.....	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES
PRONATEC	PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
PROUNI	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PVV	PROGRAMA VILA VIVA
RMBH	REDE METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
SEDUR.....	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA
SBPE.....	SISTEMA BRASILEIRO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO
SFH.....	SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO
SNH	SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO
SNHIS.....	SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
UHS	UNIDADES HABITACIONAIS
URBEL	COMPANIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE
ZEIS.....	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Valores máximos das unidades habitacionais, por característica do município
Renda de 0 a 3 Salários Mínimos.

Quadro 2- Valores máximos das unidades habitacionais, por característica do município
Renda de 3 a 10 Salários Mínimos

Quadro 3 – Valores máximos de subsídio por faixa de renda (Acima de 3 SM)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentagem de mutuários com mais de três meses em atraso por agentes.

Tabela 2 – Unidades residenciais financiadas pelo sistema financeiro da habitação
(SFH) de 1970 a 1973

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fundação da Casa Popular

Figura 2 – Nível de contratação do PMCMV no Brasil – 2009 a 2018

Figura 3: Inauguração Casa popular em belo Horizonte

Figura 4: Casas populares em Belo Horizonte

Figura 5: Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Figura 6: Fotografia aérea da RMBH

Figura 7 : Mapa da população da RMBH

Figura 8 : Carta Topográfica da RMBH

Figura 9 : Mapa do IDH da RMBH

Figura 10 : Imagem Satélite da RMBH

LISTAS DE GRÁFICO

Gráfico 1: sexo das entrevistadas

Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados

Gráfico 3: Raça dos entrevistados

Gráfico 4: grau de escolaridade

Gráfico 5: Quantidade de pessoas que moram na residência

Gráfico 6: Quantidade de crianças de até 10 anos que moram na residência

Gráfico 7: Quantidade de pessoas de até 11 a 17 anos que moram na residência

- Gráfico 8: pessoas que tem emprego formal
- Gráfico 9: Posição familiar no grupo
- Gráfico 10: Qualidade da construção
- Gráfico 11: Dificuldade da compra
- Gráfico 12: Segurança no interior do empreendimento
- Gráfico 13: limpeza e conservação do espaço
- Gráfico 14: Quantidade de vaga no estacionamento
- Gráfico 15: Limpeza e conservação dos espaços
- Gráfico 16: Iluminação
- Gráfico 17: Qualidade da construção
- Gráfico 18: Serviço de saneamento básico
- Gráfico 19: Educação próximo à moradia
- Gráfico 20: Transporte próximo a moradia
- Gráfico 21: Laser próximo a moradia
- Gráfico 22: Localização em relação ao centro da cidade
- Gráfico 23: Relação à segurança próximo a moradia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	- Da trajetória de vida ao problema de pesquisa	15
1.2	Percurso Metodológico	19
1.3	Estrutura da dissertação	21
2	HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL	22
2.1	Nível de acesso das moradias no Brasil	24
2.2	A trajetória recente da política de habitação popular	25
2.3	Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil	26
3	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA RMBH	39
3.1	Provisão do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV	47
3.2	O Contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte	52
3.3	Pesquisa Qualitativa	54
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	74
	ANEXO 1	77

1 INTRODUÇÃO

1.1 - Da trajetória de vida ao problema de pesquisa

Meu nome é Dalva Maria Ferreira, nasci no interior de Minas Gerais na cidade de capelinha, entretanto com 3 anos de idade mudei para Belo Horizonte, um dos motivos que me levou a pensar no Tema habitação. Um outro motivo que considero crucial da escolha do Programa Minha Casa Minha Vida foi pelo fato de ter tentado por diversas vezes, em tempos remotos, adquirir um imóvel através Sistema Financeiro de Habitação e mais tarde BNH, com financiamento em bancos, principalmente aqui em Minas Gerais na Caixa Econômica Federal, Minas Caixa extinta, todos com ênfase em financiamentos habitacionais.

Fazendo uma recapitulação desses momentos de tentativa, o primeiro deles se refere à compra de um apartamento no Bairro Sagrada Família, um dos maiores bairros da cidade de Belo Horizonte, tradicional e típico residencial próximo ao hipercentro da capital mineira, onde morei na minha adolescência, final dos anos sessenta e início dos anos setenta. Por ali vivi vários anos na minha adolescência.

A época em que compramos o apartamento foi favorável, pois coincidiu com o recebimento de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Recurso este recebido por ocasião na mudança do regime jurídico de CLT para o regime Estatutário dentro do DER. Onde eu trabalhava na época . Outro fato foi por estar com casamento marcado, o que me fazia acreditar que meu sonho da casa própria estaria prestes a ser realizado.

O contrato de compra foi realizado em um escritório particular de um determinado advogado, que contou com a nossa presença e do antigo proprietário. Foi assinado o contrato e os documentos de transferência do imóvel solicitados, ou seja, sem uma data precisa para essa finalidade.

Na ocasião, não conhecia a real situação do imóvel, objeto da compra, como o tempo de financiamento do imóvel, valor da prestação em questão, número de parcelas atrasadas e/ou quitadas, pois estes dados não constavam no contrato, além de outras informações pertinentes que não foram repassados de forma clara. Foi informado apenas que estava em perfeita ordem, ou seja todos os compromissos em dia, inclusive a situação do condomínio do prédio, sendo, portanto, um dos motivos que me levou a crer que estava tudo certo.

Entretanto não foi bem o que constatei ao chegar no local para conhecer o apartamento que tinha adquirido através daquela compra. Foram detectadas várias

irregularidades como contas de água e energia atrasadas, o prédio inteiro sem fornecimento de água, dentre outros.

Quando mudei para lá tive que arcar com algumas despesas com as quais não contava. Outro problema ainda de maior grau foi quando tomei conhecimento da real situação do apartamento junto à Caixa., Existiam várias parcelas em atraso, além de outras taxas. Foi muito difícil colocar todas as prestações em dia devido à alta taxa de juros da época. Além das taxas, o custo para transferência do imóvel era extremamente caro além da burocracia. Despesas necessárias naquele momento tão cheio de surpresas desagradáveis. Tudo acontecendo tão rápido, além do salário que a maior parte ficava para suprir as necessidades básicas.

Com o decorrer do tempo, já casada eu e meu marido conseguimos quitar algumas parcelas atrasadas na Caixa, porém não foram suficientes. Com o atraso das parcelas a dívida foi só crescendo e virou uma bola de neve, ficando impagável devido a situação financeira do momento . Apesar de boas intenções de quitar as dívidas, a situação chegou ao limite, sendo impossível fazer aqueles pagamentos.

Compramos o material de construção, azulejos para reforma da cozinha e banheiro do apartamento, o que não ocorreu, razão que tivemos que revender o material mais barato, ou seja, abaixo do preço de custo, causando mais um prejuízo.

Com o passar do tempo, a situação continuava a mesma, isto é, sem solução em curto prazo, então o inesperado aconteceu, quando recebemos uma carta no endereço em nome do antigo proprietário do apartamento citando a venda do apartamento caso não fossem quitadas as parcelas em atraso. O apartamento em si seria levado a leilão da Caixa para venda. Seria o primeiro leilão desde que compramos. A maioria dos imóveis que iriam à leilão seria por estarem com mais de um ano com prestações em atraso. Poderia ser vendido à vista pelo maior valor. Como o imóvel ainda estava em nome do antigo proprietário, a documentação toda desse processo de leilão se dava em nome dele.

Depois de alguns meses, aconteceu o que temíamos, a venda do apartamento que não era nosso de fato. Este foi leilado e pela Caixa no segundo leilão, vendido com pagamento à vista, pelo preço abaixo do mercado imobiliário. Antes, recebemos diversas pessoas para visitar e conhecer o imóvel. Mostrávamos o apartamento mesmo constrangidos com o fato de ali estar morando e termos que desocupar por falta de pagamento. Uma desses interessados na compra chegou a perguntar se íamos brigar na justiça ou demorar a sair, já que aquele imóvel tinha sido comprado através de contrato particular. Respondemos que não íamos brigar e sim sair tão logo fosse possível.

Outras vezes tentei financiar outro imóvel, porém sem sucesso. Então resolvemos alugar uma casa no mesmo bairro onde ficamos morando por aproximadamente quatro anos. Mais tarde partimos para casa própria, porém o lote era de familiares. Ficamos lá até o ano de 2001.

Tentei ainda em 2010 fazer uma simulação na Caixa Econômica Federal agência do Horto Florestal em Belo Horizonte, para comprar um apartamento financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, utilizando apenas minha renda. Foi feito levantamento interno. Eu poderia até conseguir uma carta de crédito da Caixa para adquirir um imóvel, porém isso ia depender de atender aos requisitos para programa e ter a renda compatível para tal empreendimento. Entretanto, levando em conta meu salário e minha idade, na época da consulta de dados, o financiamento não poderia ultrapassar dez anos, e a prestação ficaria extremamente alta, acarretando elevação do saldo devedor do imóvel, atrelando às exigências, a entrada teria que ser de pelo menos vinte por cento valor do imóvel. O valor total do financiamento era em torno de cento e trinta e quatro mil reais.

Nesse valor só compraria em bairros mais distantes do centro e ainda para piorar não teria direito ao subsídio do governo de dezessete por cento do valor total do imóvel a ser financiado. Só teriam direito a esse subsídio pessoas com renda de até dois salários mínimos, tanto para aquisição de imóvel novo, tanto para usado na grande BH.

Por fim, foram tantas dificuldades e contratempos que desanimei de comprar uma casa naquela época e se ainda surgisse uma pequena oportunidade para comprar ou financiar algum imóvel, seja pelo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV ou mesmo por novo programa de financiamento para moradia. Mesmo que estes imóveis fossem distantes do centro da cidade me esforçaria mais, já que no passado remoto deixei de fazer, deixando a oportunidade passar, por falta de empenho, interesse e comodismo.

Depois desta experiência indesejável foi que cheguei ao tema de pesquisa baseando na política de habitação como política social de diminuição da vulnerabilidade e enfrentamento da pobreza social.

De modo geral pode-se dizer que política social é entendida como sendo composta por um conjunto de programas e ações do Estado, que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos do mercado, percebe-se com clareza concentração de renda no Brasil por uma pequena parcela da população em detrimento da maioria que sobrevive com o mínimo que mal dá para suprir necessidades básicas, a desigualdade social que é cada vez mais acentuada, a dificuldade

de acesso a serviços essenciais. Para tanto, é necessário o aparato e uma forte presença do Estado para a garantia de uma sociedade mais inclusiva.

A Política social, para dar resposta aos direitos sociais e a outras situações não inclusivas nos direitos as quais dizem respeito às contingências, necessidades e riscos que afetam vários dos componentes das condições de vida da população, inclusive os relacionados à pobreza e a desigualdade. Ademais, a oferta de bens e serviços similares, aos oferecidos pelo Estado pode ser fornecida por entidades privadas sejam lucrativas ou não (CASTRO, 2012, p.101).

O assunto habitação se torna importante por se tratar de uma dentre várias desigualdades enfrentadas pelos brasileiros. O alto custo da habitação, diante da pequena capacidade da população de baixa renda e da ausência de um mercado de financiamento de longo prazo adequado. (MOREIRA, 2013, p. 42), por isso a questão da moradia é essencial para combate à pobreza e justificar a indispensabilidade de intervenção do Estado com programas de subsídio de infraestrutura urbana e social na área habitacional, podendo permitir que a camada mais vulnerável da população possa alcançar sua efetiva inclusão na sociedade brasileira.

Esse direito de uma moradia digna vai além de uma casa para morar e o cidadão deve ter acesso a bens e serviços de infraestrutura social e urbana, esse conceito originou no Brasil na Década de 80 através da luta política de movimentos sociais acadêmicos, estabelecida na Assembleia Nacional Constituinte para ser inserida na Constituição a definição de moradia com um direito social e fundamental do cidadão. (ROYER, 2009, p. 42).

Em março de 2009, foi criado pelo Governo Federal o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o mais recente programa habitacional do país que veio com uma proposta de diminuir essa desigualdade através de construção e subsídios para a compra de moradias.

Desde sua implantação, no ano de 2009, o PMCMV conseguiu reduzir o déficit habitacional e tem melhorado as condições de compra da casa própria da população de baixa renda, na região metropolitana de Belo Horizonte. Em Belo Horizonte e região metropolitana (RMBH) existem atualmente muitas áreas carentes onde não se tem uma estrutura básica, muitas regiões são consideradas de risco para a vida humana, seja pelas construções irregulares que correm risco de desabar, seja, pela falta de saneamento básico com esgotos a céu aberto que colocam em risco a saúde das populações que ali vivem.

A pesquisa é um estudo relevante, pois está relacionada à abrangência do programa Minha Casa Minha Vida a parcela da população mais carente da RMBH, se ele

está atingindo seu objetivo principal, que é a ênfase no segmento social com renda de até R\$1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais).

1.2 Percurso Metodológico

Este projeto de pesquisa tem como tema o nível de acessos da população da região metropolitana de Belo Horizonte de baixa renda à moradia própria no período de 2009 a 2019, pois sabemos o qual importante é uma moradia digna para o ser humano, pois melhora a sua qualidade de vida. A Constituição Federal do Brasil de 1988 prevê a moradia como direito social e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 têm a moradia como um pressuposto de dignidade da pessoa humana.

Nesta direção, delineamos os seguintes objetivos de pesquisa:

Objetivo geral:

Verificar se programa Minha Casa Minha Vida atinge seu objetivo que é diminuir a desigualdade social através de moradia digna para a classe menos desfavorecida na região metropolitana de Belo Horizonte.

Objetivos específicos:

- Verificar a quantidade o seu nível de ocupação das moradias;
- Analisar o perfil dos compradores e seu nível de satisfação quanto às moradias;
- Avaliar se existem possíveis falhas ou dificuldades do programa que impedem o acesso da população a essa política do governo.

Concomitante aos estudos foi elaborado o projeto da pesquisa o qual foi submetido à Comissão de Ética em Pesquisa (COEP) da FLACSO, que tem por objetivo verificar se a pesquisa não fere a dignidade humana dos/as participantes, garantindo-se os aspectos éticos. Após análise e consideração de que a pesquisa atendia aos parâmetros exigidos, o COEP deu parecer positivo e autorizou a sua realização.

Para o desenvolvimento do referencial teórico utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pois já existem outros trabalhos científicos que antecederam esta pesquisa feita através de consultas no Google acadêmico, *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e no repositório de dissertações e teses da FLACSO e de outras universidades.

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa é a qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa qualitativa “é em sua maior parte dirigida para a descoberta, a identificação, a descrição aprofundada e a formação de explicações. Investigam o significado e a intencionalidade dos atos, das relações sociais e das estruturas sociais” (VILELAS, 2009, p. 107).

Como instrumento de coleta de dados foi realizada entrevista semiestruturada (ROTEIRO ANEXO) contendo questões fechadas e abertas.

Os pesquisadores Marconi e Lakatos (2003) afirmam que “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 196).

Segundo Braga (2015), a coleta de dados é o processo de obtenção de informações necessárias à pesquisa, por meio de alguma técnica ou instrumento de pesquisa. (BRAGA, 2015, p. 28).

Devido à pandemia do Coronavírus, surgiram muitas dificuldades para aplicação das entrevistas, tendo que respeitar as normas e regras de distanciamento e isolamento social, para se evitar a transmissão do vírus. Com isso não foi possível entrevistar todas as pessoas pessoalmente, as entrevistas foram realizadas através de um aplicativo aplicado on line, onde as pessoas colocavam suas respostas.

Então para o levantamento de dados foram entrevistadas 15 (cinco) moradores que moram ou moraram em casa ofertadas pelo programa Minha Casa Minha Vida. Também necessário entrevistar moradores de toda a Micro região de Belo Horizonte, mas devido a pandemia do Covid 19 isso não foi possível, por apresentar sendo do grupo de risco e por não colocar minha saúde, no sentido de não comprometer a saúde de terceiros, dificultando parte do levantamento, o que se fosse feito de forma presencial, creio que outras informações poderíamos ter, viabilizando de forma mais direta as análises de caráter informativo das perguntas constantes do questionário.

Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (modelo anexo), concordando em participar da pesquisa, autorizando utilizar suas respostas para fins acadêmicos

Após a coleta, realizou-se a análise dos dados que é uma parte importante da pesquisa, utilizando-se a metodologia de Análise de Conteúdo. Segundo Gil (2008) “descrição dos dados é caracterizar isoladamente o comportamento de cada uma das variáveis no conjunto das observações”.

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo é

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Para o desenvolvimento desta pesquisa anteriormente foi elaborado um projeto com o tema proposto, destacando os objetivos gerais e específicos, assim como o problema de pesquisa e a justificativa pela escolha e relevância do tema. Este projeto foi submetido a uma Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) da FLACSO que tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas, onde avaliou e acompanhou os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, que autorizou a realização da pesquisa dentro dos parâmetros exigidos pelo conselho.

A escrita desta dissertação foi realizada nos anos de 2020 e 2021, período em que o mundo vivencia um momento muito delicado causado pelo terror da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). A disseminação do vírus, as mortes, a ausência de empenho das autoridades políticas de saúde nacional, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, além do desemprego vêm se alastrando. Visando reduzir os danos e a disseminação do vírus, a Organização Mundial de Saúde - OMS, definiu algumas medidas sanitárias, como a lavagem das mãos, o uso de máscaras e o distanciamento social. Tal qual a maioria das atividades sociais no país e no mundo, a pandemia impactou também a realização dessa pesquisa, uma vez que as atividades de campo inicialmente propostas tiveram de ser repensadas, o que será destacado no capítulo metodológico.

1.3 Estrutura da dissertação

Nesse contexto de restrição imposto pela pandemia, realizamos parte da pesquisa, que está assim estruturada:

No primeiro capítulo discorre-se sobre minha trajetória de vida e como consegui chegar ao tema da pesquisa, além de expor os delineamentos metodológicos fundamentais e a fundamentação teórica da pesquisa.

O segundo capítulo trata do período histórico e surgimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

O terceiro capítulo traz a pesquisa colaborativa, e o detalhamento das etapas como a pesquisa foi se constituindo e os procedimentos de coletas de dados.

No quarto capítulo são apresentadas análises de documentos sobre a bem como, os dados e as discussões realizadas com a pesquisa.

Para finalizar o trabalho, nas considerações finais, o encerramento do ciclo da pesquisa.

2 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Para compreender o tema da pesquisa é mostrado r alguns elementos significativos sobre a construção e distribuição do território e uma visão geral sobre as condições de moradia no Brasil. Numa outra parte será abordado às condições de moradia na região metropolitana de Belo Horizonte, como foi feita a ocupação das cidades e o atual panorama. Essa discussão se torna importante para que tenha um embasamento para análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 o acesso à moradia foi considerado um direito fundamental da pessoa humana, segundo o Ministério das Cidades, no Brasil, a Política Nacional de habitação – PNH considera que esse direito vai além de apenas se ter uma casa para morar, que esse direito á moradia se materializa quando o cidadão tem direito de inclusão na cidade como um todo. Deste modo, reconhece que é direito de todo cidadão ter acesso às condições habitacionais dignas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, reconhecido pela Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de Fevereiro de 2000 diz que é um direito fundamental da pessoa humana ter acesso à moradia. Apesar disso, muito ainda há de se fazer para assegurar que todos tenham acesso a esse bem essencial em um país, que atualmente conta com um déficit de mais de seis milhões de moradias. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018, p. 31).

Kliksberg (2014) salienta que nas democracias contemporâneas para haver um combate às desigualdades e as garantias de direito, devem ser vistos como prioridades para o Estado e para sociedade. “Não são dádivas, mas devolução de direitos violados. Significa passar da ideia de pobreza como um problema individual para a visão de que é uma responsabilidade nacional”. (2014, p. 190-191). De acordo com a visão do Estado, os direitos sociais são vistos substancialmente como mercadorias e a culpa pela pobreza é transferida para a própria sociedade e não é encarada pelos poderes instituídos como algo a ser enfrentado.

Segundo Moreira (2013) as políticas habitacionais (...) afetam as condições sócio-econômicas, como mortalidade infantil, saúde, bem-estar, capacidade de poupança das famílias, formação de capital e necessidade de financiamento do setor público. (MOREIRA, 2013, p. 23).

Costa (2014) salienta que

Mesmo com uma conjuntura desfavorável o Governo Federal instituiu em 2003, um novo marco político institucional, para o setor habitacional, de modo que se tornou possível a articulação da área de ocupação social e de habitação de mercado, “ação importante para a

formulação de políticas urbanas mais equânimes, bem como a efetivação do direito à moradia e à cidade. (COSTA, 2014, p. 197-198).

As primeiras companhias de habitação no Brasil as chamadas Cohabs – agiam como promotoras do Banco Nacional de Habitação destinada ao mercado popular, em Minas gerais foi criada em 1965 com base na lei 3.403 deste ano. Inicialmente este mercado pretendia atingir apenas as pessoas que percebiam, renda mensal de um a três salários mínimos. Posteriormente atendimento para pessoas que se enquadravam na faixa de um a cinco salários mínimos. (CohabMinas, 2020).

O Estado ou município detinham o controle acionário. Embora organizados sob a forma de sociedades por ações, abertas, portanto, a participação privada, as Cohabs são controladas integralmente pelo setor público, como o aval do BNH Banco Nacional e Habitação, ou seja, de sua responsabilidade ou dos Estados e dos municípios a complementação de parcela do projeto que porventura não seja financiada pelo Banco.

Os recursos utilizados para os financiamentos são provenientes do Fundo de Garantia por tempo de Serviço, o FGTS, do qual o BNH é o gestor. Atualmente, o prazo de financiamento pode ser de até vinte e cinco anos, com juros relativamente baixos, de 1% a 3% aproximadamente.

O período que compreende de 1964 até 1969, houve nesse período um incremento bastante expressivo de entrega de moradias para famílias de baixa renda, isto é, de um a três salários mínimos, o chamado mercado popular, a primazia da política, soma-se aproximadamente 40% das habitações financiadas nesse período destinava-se a esse mercado.

Já no período compreendido entre 1970 a 1974, fase esta de crise no país, houve um expressivo esvaziamento. Um período de decadência. Financiou-se apenas 76.746 unidades o que representa menos da metade da etapa anterior.

Os setores médio e de alta classe lograram cinco vezes mais unidades residenciais financiadas que as classes populares (mercado popular) e duas vezes e meio mais que a baixa classe média mercado econômico.

É importante destacar que nesse período, cerca de 60% dos mutuários do sistema apresentavam atrasos nas prestações. Analisando como um todo, 30% encontravam em situação de insolvência, ou seja, com mais de três prestações atrasadas, especialmente em estados de maior peso econômico Rio de Janeiro e São Paulo entre outros. Uma das causas da inadimplência era a situação precária financeira da clientela. (JACOUD, 2006, p.32).

No início de século XX, devido à rápida industrialização, as cidades atraíram grande número de pessoas, população vinda muitas vezes de pequenas cidades do interior

a procura de melhores condições de vida. Entretanto inexistiam políticas habitacionais que impediam a formação dessas áreas urbanas irregulares e ilegais. As áreas ocupadas ilegalmente por essa população carente são expressões diretas de ausência de políticas de habitação social. O crescimento desordenado do espaço urbano, a exclusão social e o descaso do poder público em relação às questões habitacionais principalmente no período de 1980 e 1990, fez com que a situação urbana reaparecesse relacionada aos movimentos sociais de reivindicação por infraestrutura e regularização das áreas ilegais e esses movimentos culminaram um novo ordenamento constitucional.

Para Junior (2004) a função social da propriedade “é o núcleo básico da propriedade urbana e o direito à propriedade só pode ser protegido pelo estado quando este cumprir com sua função social”. O mesmo autor explica que

O princípio da função social da propriedade, como garantia de que o direito da propriedade urbana tenha uma destinação social, deve justamente ser o parâmetro para identificar que funções a propriedade deve ter para que atenda às necessidades sociais existentes nas cidades. Função esta que deve condicionar a necessidade e o interesse da pessoa proprietária, com as demandas, necessidades e interesses sociais de coletividade”. (SAULE JÚNIOR, 2004, p.214).

Atualmente, mais de 82% da população brasileiro é urbana. É recente para as políticas habitacionais, as preocupações em solucionar alguns problemas, em 1988 foi implementado na Constituição Federal, e regulamentada pelo Estatuto da Cidade (2001), que regula o uso da propriedade urbana em prol do interesse coletivo e do equilíbrio ambiental, sendo um instrumento inovador da política habitacional e importante ferramenta de regularização fundiária. Percurso histórico e as conquistas, ainda em curso no país.

Faltam políticas habitacionais adequadas para atender a população mais carente no Brasil, ausência do exercício da cidadania conforme Funes(2005) a principal agente de exclusão e a desigualdade social que propicia a discriminação, o que gera menores oportunidades, emprego, dentre outros problemas ocasionando assim uma perpetuação da pobreza.

2.1 Nível de acesso das moradias no Brasil

O direito à moradia já é estabelecido no papel - na Constituição de 1988, nas legislações, no Estatuto da Cidade e na garantia da função social das cidades e da propriedade. Porém, mesmo com os avanços ocorridos na legislação de direito à moradia, estas não se aplicaram nas condições de habitação e acesso a serviços urbanos da

população brasileira. Os resultados não foram alcançados, a começar pelo déficit habitacional estimado em cerca de 7,9 milhões de moradias.

Ainda existe no Brasil um conjunto de necessidades habitacionais não realizadas, que configuram desrespeito ao direito à moradia, acometendo, sobretudo, os residentes em assentamentos humanos precários e as camadas mais pobres da população. Segundo Maria da Piedade Morais, coordenadora de Estudos Setoriais Urbanos do Ipea, “nas zonas urbanas brasileiras ainda há 54,6 milhões de brasileiros que convivem com pelo menos um tipo de inadequação habitacional”. Destacando que os principais elementos dessa inconveniência habitacional referem-se à falta de esgotamento sanitário que ainda atinge 30 milhões de moradores das cidades, além da falta de água canalizada por rede geral, com 13,8 milhões de pessoas. Referindo ao saneamento básico, o maior desafio diz respeito à globalização da cobertura dos serviços nas regiões, sobretudo no que se refere ao esgotamento sanitário. Para isso, além dos investimentos no setor de saneamento, como vem ocorrendo desde 2007 com o PAC, maior atenção deve ser ofertada ao saneamento em áreas rurais, pequenos municípios e periferias metropolitanas.

A falta de moradia, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, é um dos sintomas mais visíveis e graves do não usufruto do direito à moradia adequada, incluindo a incapacitação ou a pobreza extrema, a falta de moradias de interesse social, a especulação de habitações e de terras, a migração urbana forçada ou não planejada e a destruição ou deslocamentos causados por conflitos, desastres naturais ou projetos de desenvolvimento de grande porte, afirma Raquel em pronunciamento efetuado na 63^a sessão da Assembleia Geral da ONU em outubro de 2020. Ela diz ainda que falta de moradia não é a única maneira pela qual as pessoas têm negado seu direito de morar adequadamente. Dados do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) revelam que um terço da população mundial vive em assentamentos precários e favelas, sem acesso a serviços básicos e sem condições de vida adequadas.

2.2 A trajetória recente da política de habitação popular

As primeiras companhias de habitação no Brasil as chamadas COHABS – agiam como promotoras do Banco Nacional de Habitação destinadas ao mercado popular. Inicialmente este mercado pretendia atingir apenas as pessoas que percebiam, renda mensal de um a três salários mínimos. Posteriormente atendimento para pessoas que se enquadravam na faixa de um a cinco salários mínimos.

Embora organizados sob a forma de sociedades por ações abertas e participação privada, as COHABS são controladas integralmente pelo setor público, como o aval do BNH Banco Nacional e Habitação, ou seja, de responsabilidade dos Estados e dos municípios a complementação de parcela do projeto que porventura não fosse financiada pelo Banco era o Estado ou município que detinha o controle acionário.

Os recursos utilizados para os financiamentos são provenientes do Fundo de Garantia por tempo de Serviço FGTS, do qual o BNH - Banco Nacional de Habitação é o gestor. Atualmente, o prazo de financiamento pode ser de até vinte e cinco anos, com juros relativamente baixos, de 1% a 3% aproximadamente.

Entre 1964 e 1969, houve um incremento bastante expressivo de entrega de moradias para famílias de baixa renda, o chamado mercado popular, a primazia da política, soma-se aproximadamente 40% das habitações financiadas nesse período destinava-se a esse mercado.

Já no período compreendido entre 1970 a 1974, a fase de crise no país, houve um expressivo esvaziamento. Um período de decadência. Financiou-se apenas 76.746 unidades o que representa menos da metade da etapa anterior.

Os setores médio e alto da classe lograram cinco vezes mais unidades residenciais financiadas que as classes populares (mercado popular) e duas vezes e meio mais que a baixa classe média mercado econômico.

É importante destacar que nesse período, cerca de 60% dos mutuários do sistema apresentavam atrasos nas prestações. Analisando como um todo, 30% encontravam em situação de insolvência, ou seja, com mais de três prestações atrasadas, especialmente em estados de maior peso econômico Rio de Janeiro e São Paulo entre outros. Uma das causas da inadimplência era a situação precária financeira da clientela. (JACCOUD, 2006 p.32).

2.3 Política de habitação social e o direito à moradia no Brasil

No início de século XX, devido a rápida industrialização, as cidades atraíram grande número de pessoas, população vinda muitas vezes de pequenas cidades do interior a procura de melhores condições de vida. Entretanto inexistiam políticas habitacionais que impedissem a formação de áreas urbanas irregulares e ilegais.

As áreas que eram ocupadas ilegalmente pela população carente são expressões diretas de ausência de políticas de habitação social. (Alfonsi, p.13-23) O crescimento desordenado do espaço urbano, a exclusão social e o descaso do poder público em relação às questões habitacionais principalmente no período de 1980 e 1990, fez com que a

situação urbana reaparecesse relacionada aos movimentos sociais de reivindicação por infraestrutura e regularização das áreas ilegais e esses movimentos culminaram um novo ordenamento constitucional.

Para Junior (2004) “a função social da propriedade é o núcleo básico da propriedade urbana” e o direito à propriedade só pode ser protegido pelo estado quando este cumprir com sua função social. O mesmo autor explica que

O princípio da função social da propriedade, como garantia de que o direito da propriedade urbana tenha uma destinação social, deve justamente ser o parâmetro para identificar que funções a propriedade deve ter para que atenda às necessidades sociais existentes nas cidades. Função esta que deve condicionar a necessidade e o interesse da pessoa proprietária, com as demandas, necessidades e interesses sociais de coletividade”. (JUNIOR, 2004, p.214).

As obras de natureza social deveriam ser livres de impostos, assim como seus insumos básicos utilizados, pois reduziria o custo da construção e permitiria a produção de mais moradias e saneamento básico. A produção gastaria menos recursos e beneficiaria diretamente a população de baixa renda, poderia gerar empregos, e indiretamente reduziria outros custos, como por exemplo, os gastos com saúde.

Atualmente, mais de 82% da população brasileiro é urbana. O surgimento de políticas habitacionais preocupadas em solucionar alguns problemas é recente, tendo sido implementado na Constituição Federal de 1988, e regulamentada pelo Estatuto da Cidade (2001), que regula o uso da propriedade urbana em prol do interesse coletivo e do equilíbrio ambiental, sendo um instrumento inovador da política habitacional e importante ferramenta de regularização fundiária. Percurso histórico e as conquistas, ainda em curso no país.

Faltam políticas habitacionais adequadas para atender a população mais carente no Brasil, ausência do exercício da cidadania conforme Funes (2005) a principal agente de exclusão e a desigualdade social que propicia a discriminação, o que gera menores oportunidades, emprego, dentre outros problemas ocasionando assim uma perpetuação da pobreza.

Entre 1975 a 1980 ocorreram restaurações no sistema habitacional. O número de unidades financiadas nesse mercado popular durante o período foi menor do que as do período do mercado popular, mas em termos de volume de investimento, o mercado beneficiou, pois o valor médio das transações imobiliárias nessa faixa tende a ser substancialmente maior que as que predominam dentre as classes populares.

O Sistema Financeiro de Habitação beneficiou mais as classes com renda maiores (acima de oito salários mínimos), do que aquelas de baixa renda (abaixo de três salários mínimos).

A primeira forma de reconhecimento das áreas ilegais nas cidades se dá no século XIX, quando o olhar dos interessados pelo cenário urbano no Brasil e da Europa descobre os cortiços considerados foco de pobreza, habitat propício à violência, epidemias e vícios, porém, na verdade esses locais de moradia são de uma parcela da população carente.

Os cortiços também são uma forma de moradia e ocupação, são imóveis que tem como principal característica a precariedade das condições habitacionais que em sua maioria resultam em condições de vida e moradia desumanas. (JUNIOR, 2004, P. 39).

Na constituição Federal de 1988 no ART. 5º XXII cita que “a propriedade atendera a sua função social” a efetividade de sua função. O direito à propriedade foi garantido enquanto direito fundamental sendo um direito inviolável e essencial do ser humano, enquanto os direitos foram deixados de lado, como a vida, a liberdade, a segurança, etc.

Na emenda constitucional nº 26/2000, que alterou a redação original do art. 6º de 1988, o direito da moradia foi incluído no texto constitucional, sendo atribuído a ela status de direito social, compromisso este assumido pelo Brasil por um signatário da declaração universal dos direitos humanos de 1948.

Quando criaram o BNH Banco Nacional de Habitação, nota-se que nos anos de 1970, a burocracia e as exigências do programa tornavam mínimas as possibilidades de acesso à casa própria. Entretanto o programa que baseava na baixa renda e o que realmente ocorreu foi o pequeno beneficiamento das classes mais carentes da população.

O plano no período em que foi criado tinha uma divisão, isto é, ele era dividido em classes de renda mais baixa, classe econômica e classe de renda média dentro do programa de habitação o BNH; o popular, o econômico e o médio. O que garantia de fato o acesso a moradia era a renda. Inicialmente este programa procurava atender as faixas de renda mais baixa, ou seja, a classe popular.

Pela tabela abaixo observa-se que a maior proporção de financiamento para aquisição refere-se ao mercado médio, ou seja população de renda mais elevada, ficando o mercado popular em terceiro lugar, apenas um financiamento para cada seis do mercado médio, demonstra claramente que as classes mais necessitadas eram as menos beneficiadas no plano, além disso o sistema de capacidade de pagamento eram elevadíssimas parcelas de atrasos, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras, exemplo as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo é o que revela a tabela seguinte.

Tabela I - Percentagem de mutuários com mais de três meses em atraso por agentes.

COMPANHIA	TERCEIRO TRIMESTRE	QUARTOTRIMESTRE
COHAB – GB	53%	56%
COHAB – SP	53%	54%
URBIS – BA	49%	46%
COHAB – PE	31%	32%
COHAB – RS	25%	24%

Fonte: COS 020. Serviço de Estatística e Informações – BNH - 1975

A lei complementar 4 nº 26 de 11.9.1975 que unificou os dois programas PIS/PASEP, quem possuía os dois ficou apenas com um. No caso, por exemplo, de pessoas que estavam antes do setor privado e passou para o setor público, após a unificação ficou apenas com uma inscrição, no caso o PASEP. Por outro lado, a proibição de retirada de recursos do fundo para compra de moradia teria pelo menos, dois efeitos negativos. Um deles é a diminuição do número de fontes de financiamento para aquisição de moradia, no pressuposto de que os programas do BNH, acoplados a possibilidade de que a população use os recursos do FGTS, sejam condições suficientes para o sucesso da política habitacional. Ora os saques para aquisição e amortização de moradia corresponderam, em 1973, a apenas 0,02% do total de saques sobre o FGTS.

Outra consequência que pode ser considerado, o aumento dos saques do fundo PIS/PASEP para efeito de casamento, já que parte é por invalidez, aposentadoria e morte. O número de saques do PIS por razões de “casamento, que foi da ordem de 53% sobre o total de saques, em 1972/3, aumentou para 74%, nos anos de 74/75. A proporção de saques para aquisição de casa própria foi, respectivamente, de 4% e 7%”. O número de saques sobre PIS para compra de moradia, nos anos de 74/75 – 19.507, foi superior ao número de unidades residenciais pelo BNH, em 1973, quer para o mercado popular (14.800), quer para o mercado econômico (18.800). A importância do PIS como fonte para aquisição de moradias deve ser considerada fundo importante.

Tabela 2 – Unidades residenciais financiadas pelo sistema financeiro da habitação (SFH) de 1970 a 1973

ANOS	TOTAL	MERCADO POPULAR (2)	MERCADO ECONÔMICO (3)	MERCADO MÉDIO (SBPE)
1970	157.931	22.133	30.000	105.798
1971	128.240	14.606	28.000	85.634

1972	121.457	13.313	19.000	89.144
1973	148.066	14.800	18.000	115.266
TOTA	555.694	64.852	95.000	395.842
L				

fonte:

- (1) Exposição de Motivos do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) do Sr. Presidente da República
- (2) BNH - Carteira de Operações de Natureza Social. Evolução Financeira e Física dos Empréstimos Habitacionais da COS.
- (3) Levantamento global, realizado junto a técnicos do BNH pelo Jornal do Brasil em 03.11.74.

O Estado de Minas Gerais e o Ministério das Cidades firmaram acordo para a implantação do PMCMV em aproximadamente 122 municípios de Minas. Esse acordo foi assinado na cidade de Belo Horizonte e a Secretaria Nacional de Habitação apresentou as diretrizes do programa através de Rui Pires, que é a especialista na área. Estiveram presentes também superintendentes da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em Minas. Assinarem o acordo de Saneamento Ambiental e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU.

O Ministério das Cidades (Mcidades) foi criado no ano de 2003 justamente para formular e apoiar a implantação de uma política urbana integrada, em um país que tem uma população com mais de 80% dela vivendo em cidades, de forma que não se limitassem a programas de financiamento de obras. Com o auxílio de uma equipe de técnicos comprometidos com uma proposta de reforma urbana, o novo ministro das cidades procurou efetuar a integração da política habitacional com outras políticas mais amplas e necessárias ao desenvolvimento urbano, tais como as políticas de saneamento, transportes e planejamento territorial. O objetivo desta equipe era trabalhar no Projeto Moradia, movimento organizado dentro do Instituto da Cidadania, ligado ao PT em São Paulo. Pensando em responder aos movimentos sociais e uma alternativa ao modelo BNH. Tinha em suas propostas estabelecer a definição de um prazo de quinze anos como horizonte para que o governo efetuasse mudanças profundas na estrutura urbana e na gestão das cidades, garantindo moradia digna para todo cidadão brasileiro.

No âmbito do financiamento, o Ministério das Cidades, logo depois de criado, procurou ampliar os recursos disponíveis para a área da habitação, combinando a utilização do FGTS com mecanismos de subsídios.

No Brasil, tem se esforçado bastante no comprometimento com os subsídios necessários para que a urbanidade do povo brasileiro não seja direito não de uma minoria

mais sim de todos. O Fato é que se sabe que todos carecem hoje de ações renovadoras no campo urbano e habitacional.

Mario Negromonte que assumiu o ministério das cidades em 2003 afirma que “A construção da Casa para famílias de baixa renda contribui muito para reduzir o déficit habitacional além de aquecer a mão-de-obra e o setor de material para a construção civil (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo)”. Para Baravelli (2015)

Neste processo, a própria noção de “déficit habitacional” passa a legitimar um subsídio que, se é efetivo para capitalizar a construção habitacional brasileira, é também inócuo para elevar o patamar quantitativo da provisão habitacional para a população de baixa renda do país. (BARAVELLI, 2015).

Para tanto se espera correção dos rumos, aperfeiçoamento no sentido de ver a realidade e as reais necessidades habitacionais da população como um todo, isto é a construção de moradia em cidades dignas, justas com inclusão social e que as políticas urbanas e habitacionais a serem implementadas pela gestão de cada governo possam assumir compromissos com as questões levantadas.

Um fator importante que deve ser destacado diz respeito a forte mudança de rumos operada pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMMV), sobre a forma como vinha sendo conduzida a política habitacional, desde a criação do Ministério das Cidades, todo arcabouço institucional elaborado a partir de 2003, e que seguia tendência já delineada anteriormente (CARDOSO, 2013), tendo o município como elemento central na política de habitação de interesse social.

Em 2004 é aprovada a Lei no 10.391, que estabelece maior segurança jurídica ao financiamento e à produção privada de moradias (isto é, pela lógica de mercado). Em 2005, o CMN também aprova a resolução que obriga os bancos a investirem em financiamento habitacional com uma porcentagem dos recursos captados em poupança. Com a Lei nº 11, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e criou-se também o FNHIS. Outra medida importante foi a aprovação da Resolução no 460/2005, pelo Conselho Curador do FGTS, que ampliou os recursos disponíveis do fundo para subsídios habitacionais, aumentando o atendimento na faixa de renda mais baixa.

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade Habitacional é um instrumento do Governo Federal com objetivo de promover a organização do setor da construção civil em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade dos habitat e a modernização produtiva. De acordo com Silva e Melo (2000 apud Silva 2009)

ele afirma que: a implementação é entendida como um processo autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não só “implementadas”. A autonomia do processo de implementação seria dada pelo fato de que, nesse nível, os atores tomam decisões, fazem escolhas e ainda utilizam o conhecimento adquirido na prática como impor para as decisões seguintes.

Além da repercussão inicial, que indicava que o programa era conhecido por uma faixa expressiva da população logo após o seu lançamento, pesquisas posteriores, indicavam que o PMCMV é o programa que apresentava em 2011, o seu mais elevado grau de conhecimento pela população (cerca de 80%) e também maior grau de aprovação entre os que o conheciam, em vários níveis, semelhantes ao Programa Bolsa Família.

Segundo Bonduki (2010) a proposta original do setor contemplava apenas os setores médios e foi a partir da proposta da secretaria de habitação que foi incluída a Faixa 1 destinada aos segmentos de renda até 3 salários-mínimos com subsídio integral.

Desde 1970, foram criadas legislações voltadas para melhorar estas áreas chamadas ZEES. Em 1996 quando foi votado o novo Plano Diretor de BH, legalizando o uso e ocupação do solo, e o adequando ao uso e sua a função social da propriedade. O órgão responsável por essa política habitacional é a URBEL - Companhia Urbanizadora de BH. Com programas de recuperação e urbanização de favelas e assentamentos precários, garantindo acesso a bens e serviços e estrutura urbana.

Outro programa que se assemelha ao Programa Minha Casa Minha Vida é o Projeto Vila Viva em Belo Horizonte realizado na época em que Fernando da Mata Pimentel do Partido dos Trabalhadores (PT) era Prefeito da Cidade de BH. Um dos programas da URBEL foi o Programa Vila Viva – PVV, que foi acelerado pelo PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Pensando na melhoraria da infraestrutura de habitação, saneamento e iluminação pública. O planejamento do PVV era feito pelo Plano Global Específico PGE. Foram criadas as Zonas Especiais de interesse Social (ZEIS). Além de quatro áreas para estudo e integração à cidade. Duas nas regiões A e B no centro Sul da cidade e C e D, nas regiões Oeste e Norte de Belo Horizonte. São localidades ocupadas de uso até 1960 em Belo Horizonte.

A Portaria nº 21 de 21/01/ 2014 “Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades ”faz referências ao Desenvolvimento socioeconômico e trabalho social para pessoas de baixa renda. Um dos principais eixos definidos pela Portaria nº 21 sobre Trabalho Social é o do Desenvolvimento socioeconômico – que tem por objetivo convênio às políticas públicas,

o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o aumento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, estimulando condições para um processo de desenvolvimento sócio territorial de médio e longo prazo. Implementando políticas sociais visando inclusão produtiva, social para aumentar a renda da população mesmo que seja a médio ou longo prazo.

Art. 1º Aprovar o Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, contendo normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social nas intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público; intervenções de habitação objetos de operações de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos; nas intervenções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias; bem como, naquelas executadas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, em todas as suas modalidades. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2014).

Na portaria nº 21 ensina-se a fazer o diagnóstico prévio identificando condições da economia e cultural, mapeando as demandas do mercado de trabalho, como instituições que podem contribuir formando e instruindo pessoas. O IPEA utilizou uma amostra de 200 pessoas mostrando a evolução dessas taxas em cidades como Salvador, Recife, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. A taxa de desemprego esteve estabilizada entre 2008 e 2009. Em 2010 houve uma queda. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, no Comunicado nº 76, fez um estudo sobre o desemprego e as desigualdades no Brasil metropolitano.

Não obstante os sinais positivos no comportamento do mercado de trabalho, favoráveis à ampliação da ocupação e, por consequência, à redução sensível do desemprego, constata-se, a seguir, a presença de importante desigualdade entre aqueles que seguem sem uma ocupação. (FRANCO, 2011, p. 3).

No caso da taxa de desemprego para a população de baixa renda, houve um aumento de 2005 a 2010 com taxa subiu para 44,2% (de 23,10% para 33,3%). A pesquisa apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga que nos últimos dez anos que o rendimento nominal das pessoas moradoras em favelas do Rio de Janeiro cresceu em 109% entre 2000 e 2010. (IPEA, 2011). Outro fato que a pesquisas revela e que 1/5 da população brasileira tem entre 16 e 24 anos. Os jovens não têm oportunidades no mercado de trabalho, por não terem formação completas na escola. O jovem enfrenta dificuldades, fruto da má ou nenhuma experiência adquirida no ensino médio. Esse quadro é agravado pela baixa escolaridade média e pela baixa qualidade da educação adquirida por grande parte dos jovens. O jovem enfrenta dificuldades, fruto da

má ou nenhuma experiência adquirida no ensino médio. Esse quadro é agravado pela baixa escolaridade média e pela baixa qualidade da educação adquirida por grande parte dos jovens. (DEFREIN, 2015).

Esses projetos nacionais e convênios são criados dentro das ações que fazem parte do Projeto Minha Casa Minha Vida PMCMV para melhor socializar pessoas de baixo poder aquisitivo, que sempre sonharam em ter casa própria. Essas ações tentam diminuir as diferenças sociais para uma convivência saudável em grandes conjuntos habitacionais, dando ênfase para a urbanização, construção de habitação e equipamentos sociais.

A segunda fase liberou mais de 317 mil residências. A previsão de 2 milhões, 1,2 foi para população de baixa renda. Na região metropolitana de Belo Horizonte o Programa Minha Casa Minha Vida PMCMV atende municípios com população acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes. As inscrições foram feitas até dez de 2011. No PAC foram investidos em MM. 4,5 bilhões em saneamento. Os outros 2 bilhões do PAC foram destinados para os municípios de Minas Gerais e para a ampliação do Metrô Belo Horizonte. (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo).

De acordo com a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional brasileiro pode ser dividido em dois grupos: o quantitativo do déficit (estoque de habitação) e a inadequação das moradias, aproximando de seis milhões de imóveis não ocupados. Isso acontece por causa da grande desigualdade econômica, assim como o problema do déficit habitacional brasileiro que pode ser dividido em dois segmentos: famílias com renda acima e abaixo de dez salários mínimos.

Este quantitativo é levando em conta moradias que também requer um grande poder econômico, também para adquirir ou manter as moradias. A origem do PMCMV seria para pessoas com renda de até 5 mil. Com o passar dos anos isso está caindo por terra. Por que quem está na faixa 1 do Programa (até 1.600,00) não têm condições hoje talvez, nem consiga recursos para fazer a inscrição. O Programa prevê o atendimento de duas modalidades de produção habitacional: a Faixa 1, famílias de menor poder aquisitivo e com renda bruta mensal de até R\$ 1.600, e a Faixa 2, famílias com renda bruta de até R\$ 5.000. Os dados coletados por este estudo abrangem a produção do PMCMV na RMN entre os anos de 2009.

Em 2009, o déficit habitacional estimado corresponde a 5,998 milhões de domicílios, dos quais 5,089 milhões, ou 84,8%, estão localizados nas áreas urbanas (tabela 3.1). Em relação ao estoque de domicílios particulares permanentes do país, o déficit corresponde a 10,2%, sendo 10,1% nas áreas urbanas e 10,8% nas rurais. Na comparação com 2008 e 2007 houve ligeira queda no percentual de unidades habitacionais consideradas déficit na área rural, passando de 12,1% em 2007 para 10,8% em 2009. Na área urbana, houve pequeno aumento em termos percentuais em 2009 (10,1%), se comparado com 2008 (9,4%), mas

ainda menor do que se comparado com 2007 (10,5%). Em termos absolutos, isso representa um acréscimo de 459 mil unidades habitacionais no déficit habitacional brasileiro. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

Os projetos são apresentados pelas construtoras em parcerias com Estados, cooperativas, movimentos sociais, contratados pela Caixa que fiscaliza as políticas habitacionais com recursos federais. O setor de Engenharia fiscaliza condições do projeto referentes a segurança e funcionalidade, como acessibilidade, cômodos, iluminação e ventilação; valor de mercado das unidades, orçamento da obra; análise do cronograma financeiro. Alguns dos itens avaliados incluem parte do empreendimento, terreno e localização; cota de implantação; taludes; desníveis e contenção, direito; privacidade, impermeabilidade, cobertura, sustentabilidade, estacionamento e segurança, bem como ajuda dos Estados.

Várias são as críticas ao PMCMV Programa Minha Casa, Minha Vida, muitas comparações são feitas entre a política social no início do século XX e a política atual, fazendo menção de que o PMCMV constrói casas ou apartamentos levando em consideração uma família formada por casal e filhos. Então a casa deveria ter cozinha sala e quarto. Só que com o passar dos tempos as relações familiares foram mudando em alguns aspectos. Existem famílias que agrupam sete, oito pessoas incluindo genros, noras e filhos.

Considera-se então que as construções convencionais deveriam mudar de padrão para atender a cada modelo familiar, que às vezes hoje chega a um maior número de pessoas para morar em 42 m², o que se torna inviável para a convivência. As necessidades habitacionais atuais são diferentes em todos os setores da sociedade. Acredito que hoje em dia a cozinha da casa tornou-se um espaço onde as pessoas gostam mais de sentar para conversar, socializar, levando em consideração, poderia ser maior cômodo da casa. O PMCMV Programa Minha Casa, Minha Vida adequou-se a uma modernização em que os imóveis têm tamanhos reduzidos com cômodos que não possui possibilidades de serem aumentados.

Muitas vezes em críticas Rolnik afirmou que a gente tem que entender que direito a moradia não é sinônimo de casa própria. A propriedade e o programa de construção da casa própria são uma modalidade. Atualmente, as cidades crescem ampliando as periferias. As famílias mais pobres constroem e conseguem sobreviver enquanto perduram as dificuldades juntamente com a falta de saneamento básico. É muito comum no século XX uma cidade dividida e segmentada por ricos e pobres. O solo urbano só será

acessível à população mais pobre enquanto à ausência ou precariedade da infraestrutura e serviços sustentáveis, os baixos preços.

Considerando que a interpretação do padrão de inserção urbana de empreendimentos não poderia restringir-se à constatação de sua condição periférica dentro do contexto municipal e regional, julgou-se necessário entender as diferentes territorialidades locais – ainda que todas em periferias metropolitanas – e como os fatores que as caracterizam poderiam promover melhorias ou agravamentos na qualidade urbanística dos empreendimentos habitacionais e de seus respectivos entornos. Assim, também se entende o projeto do empreendimento como uma intervenção urbana com reflexos no tecido em que se insere, podendo reforçar problemas característicos da urbanização periférica ou influenciar avanços. (NISIDA, *ET AL*, 2015).

Planos de habitação para população mais pobre que não sejam acompanhados pelas leis capazes de alterar a especulação imobiliária e acesso ao solo urbano continua sendo só um paliativo para o problema da moradia em cidades brasileiras. Na Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 Estatuto das Cidades, já existem instrumentos para mudanças necessárias. Cita-se:

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

No Estatuto da Cidade amplia-se o acesso a terra urbanizada como as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), permitindo que o PMCMV amplie ou construa moradias adequadas e bem localizadas. Se torna necessário, porém, que os municípios tenham participação ativa nestes movimentos, mobilizando os seus Planos Diretores para favorecer e disponibilizar bons terrenos para o Programa, levando em consideração maior as famílias que tem rendas entre 0 a 6 salários mínimos. É difícil haver uma negociação satisfatória pra os futuros moradores.

É muito difícil trabalhar tentando aplicar o Estatuto da Cidade e a regularização fundiária e mobiliária. É necessário que o programa atenda à população de baixa renda fazendo construções mais acessíveis. Se o governo não tomar frente para gerenciar junto as construtoras, sempre será impossível atender à população mais pobre. O setor privado só entende de construções mais requintadas e por conseguinte mais caras, mais dispendiosas.

O conceito de moderna construção sustentável baseia-se no desenvolvimento de um modelo que enfrente e proponha soluções aos principais problemas ambientais de sua época, sem renunciar à moderna tecnologia e à criação de edificações que atendam as necessidades de seus usuários. Trata-se de uma visão multidisciplinar e complexa, que integra diferentes áreas do conhecimento a fim de reproduzir a diversidade que compõe o próprio mundo (ARAÚJO, 2014).

As cidades brasileiras comumente se dividem em centro e periferia. Os habitantes de renda mais baixas estão sendo afastados dos centros urbanizados, morando nas periferias. No Brasil, a maior parte da população de baixa renda está excluída da cidade, ocupando o que lhes “resta”, que é mais barato frente a forte valorização e especulação imobiliária que ditam a formação das nossas cidades atualmente. (ROMAGNOLI, 2012). É necessário que o Programa Minha Casa, Minha Vida PMCMV seja mais direcionado para que essas diferenças sociais se tornem menores e o pobre também se sinta com o um cidadão comum dentro de sua cidade, numa casa que é sua e adquirido pelo PMCMV.

Para implantar o PMCMV cada cidade tem os próprios critérios. Para ser contemplado com o Programa é preciso estar dentro da faixa salarial de R\$ 1.800,00 até R\$ 7.000,00 reais mensais. Mesmo atendendo todos os requisitos e estando dentro das faixas salariais além de atender a todos os protocolos, caso haja uma demanda maior é adotado um critério através de sorteio.

- Faixa 1 – (renda familiar de R\$ 1.800 reais): financiamento até 120 parcelas. As parcelas podem ser de R\$ 80,00 até R\$ 270,00;
- Faixa 1,5 – (renda até de R\$ 1.800,00 até a R\$ 2.600,00): Imóvel novo com taxa de juros de 5% ao ano e 30 anos para pagar. Os subsídios do governo de até R\$ 47,50 reais.
- Faixa 2 (renda de R\$ 2.600,00 até R\$ 4.000,00): Subsídios de até R\$ 29.000 e até 30 anos para pagar.
- Faixa 3 (renda de R\$ 4.000,00 até R\$ 7.000,00): Taxa de juros diferenciadas em relação ao mercado. Até 30 anos para pagar.

As taxas de juros variam, de 5% ao ano até 8,16 de acordo com as rendas dos mutuários, dependendo também se os imóveis forem novos ou usados. Existem normas especiais para servidor público, com uma entrada de 10% de acordo com o salário do servidor.

De acordo com a nova proposta do governo os imóveis de pessoas que ganham até R\$ 1.200,00 serão disponibilizados nos municípios de até 50.000 habitantes em reformas de construções e compra de imóveis novos e usados.

Segundo Kafruni (2020) com a crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, muitos beneficiários do programa habitacional do governo federal Minha Casa Minha Vida (MCMV) não estão conseguindo pagar as prestações dos seus imóveis financiados. Com isso, o PMCMV teve uma grande queda também por causa da pandemia do Corona Vírus (Corona Virus Disease) COVID-19 que assola o país e o mundo e provocou grandes prejuízos em todos os setores da economia. A expectativa é de redução de 50% do orçamento que foi disponibilizado para as faixas de 1,5 a 2 salários mínimos. Além disso, a crise freou as negociações para tentar reduzir os juros do programa para as outras faixas, que se situam entre 5% e 7% ao ano, em um cenário no qual a taxa básica da economia, a Selic, está em 2,25% anuais. (Kafruni, 2020).

3 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA RMBH

Este capítulo terá como foco o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) desde sua implementação no ano de 2009 até o ano de 2019 abordando as entregas e contratações na região metropolitana de Belo Horizonte.

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi criado no ano de 2009 durante o período de governo dos Ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Foi um projeto grandioso, de extrema importância no contexto social, quando foram contratados 3,4 milhões de residências tendo no passar do tempo uma entrega de 1,7 milhões de unidades perfazendo assim cinquenta por cento da meta estabelecida no programa MCMV.

Levando-se em consideração a grande desigualdade social no Brasil e o desejo de diminuir essa diferença, este projeto MCMV foi um dos maiores projetos sociais lançados nas últimas décadas. Juntamente com outros programas de cunho social também de grande importância, como por exemplo o Bolsa Família, o PROUNI, PRONATEC, que libera bolsas de Estudo do governo para facilitar o ingresso das pessoas de baixa renda nas Universidades privadas e Públicas. Dentre todos os programas sociais, o que teve maior relevância e que vamos continuar focados é o Programa MCMV.

No início do Programa MCMV ele foi chamado de Minha Casa Minha Vida Entidades, no qual era voltado para famílias que tinha renda mensal de R\$ 1,600,00 (um mil e seiscentos reais) por mês. O nome Entidades, é porque as pessoas interessadas no programa deveriam procurar por associações de bairros, cooperativas ou ONGs (Organizações não Governamentais), sem fins lucrativos, com participação e/ou não do Estado. Essas entidades sociais é que se tornaram responsáveis por inscrever os interessados. Além disso, verificar local de construção, as obras. Interceder em todas as etapas do programa, isto é, desde o início das obras até a entrega das chaves para o interessado.

Desde 2009, o programa vem concentrando a maior parte da produção habitacional, tanto de interesse social como para o chamado segmento econômico, no Brasil. Lançado em contexto de crise financeira, tendo como um de seus objetivos ativar um processo anticíclico no crescimento econômico, o MCMV intensificou os investimentos na produção de novas unidades habitacionais (UHs). Em sua segunda fase (MCMV 2), a partir de 2011, passou a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em sua vertente de investimentos em infraestrutura social e urbana, que inclui ações de urbanização de favelas. A terceira fase do MCMV tem como meta a produção de mais 3 milhões de UHs, somando com as fases anteriores 6,75 milhões de unidades e algo como US\$ 182 bilhões investidos e a serem comprometidos nos próximos anos. (BALDINET AL, 2015, p. 8).

Embora focado na produção habitacional, o programa tentava alcançar objetivos mais gerais, ligados ao reforço da atividade econômica em um contexto de crise econômica internacional (KRAUSE ET AL, 2013). Durante o período em que foi implantado o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e o programa de aceleração do Crescimento – PAC pode-se notar um grande empenho das autoridades em levar as famílias interessadas nos imóveis bastante conhecimento e tentativas de maior socialização entre famílias que fariam parte de uma comunidade com muitos conjuntos habitacionais. A socialização familiar é uma forma construtiva de posição de classe. Para Bourdieu (2011) citado em Menezes (2018)

Posição é definida pelo acesso diferenciado às espécies de capital, preponderando nas sociedades capitalistas desenvolvidas o capital econômico, materializado e definido pela posse de riquezas e pertences; e o capital cultural, relativo ao conhecimento incorporado e à formação com validade institucional. A essas espécies, soma-se o capital social, com menor peso relativo – mas não desprezível –, que condiz com as relações interpessoais capazes de garantir o aproveitamento de oportunidades, influência e reconhecimento. (MENEZES, 2018, p. 7).

Entre muitos esclarecimentos como planejar o orçamento doméstico abrir contas bancárias e outras. Foram promovidas políticas de desenvolvimento socioeconômicos com parceiros locais, através de projetos regionais nos lugares onde se localiza a obra e proximidades. Além de ações de desenvolvimento de novas oportunidades de trabalho e renda, tendo em vista as tendências considerando o perfil dos moradores.

Com o andamento do programa, contando desde o ano de sua criação 2009, teve um grande avanço com expressiva melhoria na qualidade das residências, inclusive no que tange ao custo.

Até 2013 o modelo Entidades compunham 3% de todo o programa, mas conseguiu contratar apenas 1%. Neste percurso surgiram várias dificuldades, nem todas que se inscreveram conseguiram fechar o negócio recebendo a sua casa seja por várias questões jurídicas, bem como dificuldades políticas.

A casa própria se tornou na época o sonho das famílias pobres que tinham que pagar aluguel apesar do baixo salário. O MCMV vem estruturando, desde seu lançamento, a atividade econômica do setor imobiliário, realizando em grande escala o sonho da casa própria. (BALDIN, et al, 2015, p.100). As políticas sociais implantadas junto ao Projeto MCMV começou aquecer o mercado, o setor de serviços e também a indústria, a construção civil, com grandes construtoras envolvidas, criando assim mais emprego e renda.

Os trabalhadores interessados em buscar uma oportunidade em participar do programa de modelo Entidades deviam ter uma faixa salarial abaixo de R\$ 1.600,00.

A principal inovação do programa situa-se nas condições para o atendimento das famílias mais pobres, prevendo elevado subsídio para as famílias enquadradas na faixa 1 (entre 0 e 3 salários mínimos mensais de renda familiar), subsídio moderado para famílias da faixa 2 (entre 3 e 6 salários mínimos) e ausência de subsídio para as famílias da faixa 3 (entre 6 e 10 salários mínimos de renda). Além disso, as três faixas têm acesso ao Fundo Garantidor da Habitação (FGHab), o qual viabiliza um sistema de compensação no caso de instabilidade de renda dos mutuários. (MARQUES E RODRIGUES, 2013, P.161).

O Programa se estruturou a partir de outros subprogramas como o Entidades, PNHU. PNHR e pelas faixas de renda e princípios a seguir:

Faixa 0 a 3 SM – execução via Fundo de Arrendamento Residencial - FAR: a produção é “por oferta”, o que significa que a construtora define o terreno e o projeto, aprova-o junto aos órgãos competentes e vende integralmente o que produzir para a CAIXA, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, e sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades. A CAIXA define o acesso às unidades a partir de listas de demanda, elaboradas pelas prefeituras. Os municípios têm como incumbência cadastrar as famílias com rendimento de 0 a 3 salários mínimos, além da participação por meio da doação de terrenos, isenção tributária e desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento e também na flexibilização das normas urbanísticas para permitir aumentar os índices de utilização do solo nos empreendimentos do MCMV. (CARDOSO, 2013, p. 39).

Faixa 3 a 10 SM – financiamento via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS): As construtoras/ incorporadoras apresentam projetos de empreendimentos à CAIXA, que realiza pré-avaliação e autoriza o lançamento e comercialização. Após a conclusão da análise e comprovação da comercialização mínima exigida, é assinado o Contrato de Financiamento à Produção. A comercialização é feita pelas construtoras ou através dos “feirões” da Caixa, havendo a possibilidade de que os pretendentes à aquisição consigam uma carta de crédito na Caixa para ir ao mercado buscar uma moradia para aquisição. (CARDOSO, 2013, p. 39).

Municípios com menos de 50 mil habitantes, “sub 50”: o financiamento é operado através de Agentes Financeiros Privados (e não pela Caixa Econômica). A operacionalização dessa modalidade é feita via oferta pública de recursos. As instituições financeiras se inscrevem e são selecionadas pela CAIXA, que em conjunto com o MCidades, define e publica o volume de recursos destinado a cada Agente Financeiro, ficando cada agente financeiro responsável por uma determinada região. O MCidades também recebe, via site, o cadastro de propostas dos entes federados, que são então selecionadas tendo como referência o déficit habitacional municipal. Os agentes financeiros são os responsáveis pela análise de risco e contratação das propostas selecionadas, e por manter o MCidades informado sobre as contratações. (CARDOSO, 2013, p. 40).

Além disso, as pessoas também tinham que estar sob critérios do Cadastro Único (CADUNICO), um conjunto de afirmações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Onde as informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida das famílias inscritas no programa.

É fato que a seleção de famílias para receberem o benefício da casa própria, ainda que siga critérios de prioridade, não necessariamente leva em conta que a família candidata a receber o benefício provenha de situação de moradia anterior que caracterize sua inclusão no déficit habitacional ou, ainda, outros critérios complementares que denotem prioridade de atendimento. Como demonstrado anteriormente, o MCMV, a depender da modalidade e faixa de renda, é mais ajustado à demanda habitacional que propriamente ao déficit. (BALDIN, ET AL, 2015, p. 8).

O MCMV tinha a possibilidade de estabelecer um contrato para compra do terreno e pagamento antecipado do projeto e em seguida apresentar à Caixa Econômica Federal aguardando a aprovação. Do ato de compra do terreno e a aprovação da Caixa levava de um ano e meio a 4 anos. Somente após este período que ia conseguir início da construção da obra. Enquanto isso o futuro proprietário tinha que pagar as taxas e aguardar. Houve dificuldades também em conseguir terrenos mais próximos ao centro urbano, pois os melhores localizados não entravam no programa.

O PMCMV era entendido como um programa de crédito, pois beneficiava tanto o consumidor quanto o produtor (CAIXA). Cada tipo de empreendimento construído era comercializado por um valor definido dentro de limites estabelecidos segundo as características da cidade e da região. Na tabela abaixo veremos as faixas de renda familiar atendidas, envolvendo níveis diferentes de subsídio conforme a faixa:

Quadro 1 - Valores máximos das unidades habitacionais, por característica do município Renda de 0 a 3 salários-mínimos.

UF	Localidade	Valor Máximo de aquisição da Unidade Habitacional	
		Apartamento	Casa
SP/DF	Municípios integrantes das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. Municípios de Jundiaí/SP, São José dos Campos/SP, Jacareí/SP e DF.	R\$ 52.000,00	R\$ 48.000,00
	Demais Municípios	R\$ 46.000,00	R\$ 42.000,00

RJ	Capital	R\$ 51.000,00	R\$ 47.000,00
	Municípios Integrantes da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro	R\$ 49.000,00	R\$ 45.000,00
	Demais Municípios	R\$ 42.000,00	R\$ 38.000,00
MG	Capital e respectiva região metropolitana	R\$ 46.000,00	R\$ 42.000,00
	Demais Municípios	R\$ 42.000,00	R\$ 38.000,00
BA	Capital e respectiva região metropolitana	R\$ 46.000,00	R\$ 42.000,00
	Demais Municípios	R\$ 41.000,00	R\$ 37.000,00
PE/CE	Capital e respectiva região metropolitana	R\$ 45.000,00	R\$ 41.000,00
	Demais Municípios	R\$ 41.000,00	R\$ 37.000,00
RS/PR/SC	Capital e respectiva região metropolitana e demais municípios	R\$ 45.000,00	R\$ 41.000,00
AC/ AM/ AP/ PA/ RO/ RR		R\$ 43.000,00	R\$ 39.000,00
TO		R\$ 42.000,00	R\$ 38.000,00
ES/ MT/ MS/ GO		R\$ 42.000,00	R\$ 39.000,00
AL/ RN/ PB/ SE/ MA		R\$ 41.000,00	R\$ 37.000,00

Fonte: Portaria nº 93, de 24 de fevereiro de 2010, que revogou a Portaria nº 139, de 13 de abril de 2009.

Quadro 2- Valores máximos das unidades habitacionais, por característica do município Renda de 3 a 10 Salários-Mínimos

Município	Valor
Regiões metropolitanas em SP, RJ e DF	R\$ 130.000,00
Municípios com mais de 500mil habitantes e demais capitais estaduais e seus Municípios limítrofes	R\$ 100.000,00
Demais Municípios	R\$ 130.000,00

Fonte: Apresentação oficial na 20a reunião do ConCidades, em 25/03/09

Quadro 3– Valores máximos de subsídio por faixa de renda (Acima de 3 SM)

Regiões	3 SM		4 SM		5 SM		6 SM	
	Atual	Novo	Atual	Novo	Atual	Novo	Atual	Novo
RMs de Sp, RJ e DF	R\$ 6.384,00	R\$ 23.000,00	R\$ 2.800,00	R\$ 16.000,00	*	R\$ 9.000,00	*	R\$ 2.000,00

Cidades com mais de 100mil habitantes , capitais e RMs	R\$ 5.012,00	R\$ 17.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 10.000,00	*	R\$ 3.000,00	*	R\$ 2.000,00
Cidades de 50mil a 100mil habitantes	R\$ 4.104,00	R\$ 13.000,00	R\$ 1.800,00	R\$ 6.000,00	*	R\$ 2.000,00	*	R\$ 2.000,00

Fonte: Apresentação oficial na 20 reunião do ConCidades, em 25/03/09.

As providências que as s Entidades tinham que tomar até conseguir a compra e a aprovação dos terrenos levava em torno de um ano e meio a 4 anos. Somente depois deste período que conseguiriam dar início a construção da obra. Enquanto isso o futuro proprietário tinha que pagar as taxas e aguardar.

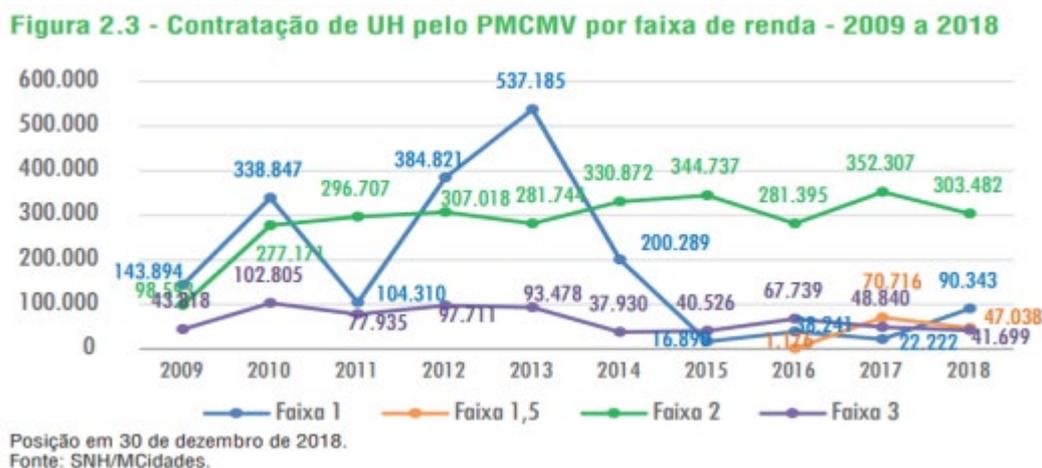
O Programa Entidades teve muita dificuldade para gerir o programa e sua produção foi inferior às metas estabelecidas. As metas eram de 0,25% dos recursos investidos e 0,83% das unidades de habitação controladas e “Apenas” 0,36% de todas sãs moradias concluídas e 0,18% das entregues. (RIZEC, 2005).

O Programa beneficiou um grande número de pessoas no Brasil, mas temos que lembrar que devido a construção das moradias situarem em áreas periféricas dos municípios, sofre pela falta de infraestrutura, tais como educação, transporte, rede viária, dentre outros. Nessa carência de produtos urbanos, pode-se verificar o aumento da violência, distância do centro dificultando para o trabalho, para os moradores.

As unidades construídas por situarem longe dos centros urbanos faz com que a população não se interesse em sair de zonas de riscos para lugares longes onde terá um aumento do gasto com transporte entre outros custos, ou, será que as construções têm a infraestrutura adequada para que a população que ali vivem tenha vida digna e melhoria da qualidade de vida, como comércios, transportes, infraestrutura adequada de lazer nos conjuntos habitacionais.

Outro ponto relevante a ser mencionado seria a falta de mais construções nas cidades com maior número de habitantes, os investimentos vêm de recursos federais então se faz necessária uma maior cobrança do governo sobre esse problema que o programa tem enfrentado nos últimos anos. Pois o valor de repasses de dinheiro para o PMCMV vem diminuindo desde 2015.

Figura 1 – Nível de contratação do PMCMV no Brasil – 2009 a 2018



Fonte: Ministério das Cidades (2018)

Como pode ser observado na figura 1 elaborado pelo Ministério das Cidades (2018), a faixa 1 de baixa renda vêm diminuindo o número de contratações, ou seja, o número de construções entregues pelo PMCMV.

O planejamento do programa Minha Casa Minha vida em 2009 tinha como objetivo diminuir o déficit de moradias no Brasil em 40% na faixa 1 de renda que ia até R\$ 1.395,00 (hum mil e trezentos e noventa e cinco reais) conforme apontado por Bonduki (2009).

Desde a implantação do programa até o ano de 2013 se tem um número crescente de moradias contratadas através do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial e do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, no ano de 2013 observa 399,2 mil unidades contratadas pelo FAR e 375,7 mil pelo FGTS, já em 2015 são 1.188 contratações pelo FAR e 390,1 mil pelo FGTS, observa-se uma queda de 99% em 2015 de contratações de moradias através do programa FAR em relação ao ano anterior.

Esse dado da queda no número de contratações através do programa FAR que possui recursos do orçamento geral da união demonstra que o nível de investimento do governo nessa área tem diminuído. Apesar que em 2017 houve um aumento para 22 mil unidades contratadas no Brasil inteiro, quando se pode notar uma recuperação, mas ainda longe do esperado para o programa. Esse dado abordado no boletim do Ministério das Cidades é muito importante para avaliar a questão dos investimentos que o governo está destinando a habitação para a abordagem metodológica.

Entretando, pode-se dizer que as Entidades compravam terrenos nos piores locais com investimentos insignificante. Se tratando de movimentos sociais por moradia não se

conseguiu grande sucesso. Os locais onde se encontravam moradias do Programa sempre estavam nas periferias, sem infraestrutura adequada ou satisfatória.

Com o crescimento desordenado da cidade de Belo Horizonte, foram detectadas quatro regiões na cidade uma grande população de pessoas de baixa renda, praticamente sem saneamento básico o que poderia ocasionar o prejuízo na área de saúde.

Para isto foram feitos os diagnósticos das reais necessidades locais. Desde condições de terreno, moradias, pesquisa sócio-econômicas, comprovando o grau de pobreza, saneamento básico, educação, etc. A partir daí a Prefeitura, através da URBEL e o Plano PGE, PVV, PAC desenvolveriam projetos de moradia e melhorias nas comunidades. (SILVEIRA, 2015).

A região Oeste de Belo Horizonte teve sua ocupação também em 1920 por moradores que tiveram que sair de seus bairros da capital e pessoas do Nordeste do País. A região Norte teve início na década de 1960, com pessoas oriundas do interior de Minas Gerais.

A Prefeitura de Belo Horizonte juntamente com outros órgãos competentes tiveram que urbanizar todas essas localidades para que oferecessem moradias e meios de sobrevivência com dignidade, incluindo calçamento de ruas, saneamento básico, escolas, luz elétrica, água encanada e outros. A Prefeitura também investiu na Segurança Pública como policiamento, melhoria nas residências e elaboração de planos para aumentar o número de creches. Elaboração de projetos com várias Entidades como PRODECFOM-Projetos de desenvolvimento das comunidades. Houveram realizações de vários projetos de melhorias em todos os setores. Foi uma completa intervenção social e urbana.

Desde 1970, foram criadas legislações voltadas para melhorar nestas áreas chamadas ZEES. Em 1996 quando foi votado o novo Plano Diretor de BH, legalizando o uso e ocupação do solo, adequando o uso do solo a função social da propriedade. O órgão que gerenciava a política habitacional e ainda gerencia é a URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte). Com programas de recuperação e urbanização de favelas e assentamentos precários, garantindo acesso a bens e serviços e estrutura urbana.

Um dos programas da URBEL foi o Programa Vila Viva (PVV) que foi acelerado pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que melhorava a infraestrutura de habitação, saneamento e iluminação pública. O planejamento do PVV era feito pelo Plano Global Específico PGE. Foram criadas as Zonas Especiais de interesse Social (ZEIS) Foram criadas quatro áreas para estudo e integração à cidade. Duas nas regiões A e B no centro Sul da cidade e C e D, nas regiões Oeste e Norte de Belo Horizonte. São localidades ocupadas de uso até 1960 em Belo Horizonte. Para tanto foram feitos os

diagnósticos das reais necessidades desses locais. Desde condições de terreno moradias, pesquisa sócioeconômicas comprovando o grau de pobreza, saneamento básico, educação, etc. A partir daí a Prefeitura, juntamente com a URBEL e o Plano PGE, PVV, PAC desenvolveriam projetos de moradia e melhorias nas comunidades.

As ZEIS C região Oeste de Belo Horizonte teve sua ocupação também em 1920 por moradores que tiveram que sair de seus bairros da capital e pessoas do Nordeste do País.

A ZEIS na região Norte teve início na década de 1960, com pessoas oriundas do interior de Minas Gerais. As Prefeituras juntamente com os órgãos competentes tiveram que urbanizar todas essas localidades para que tivessem moradias e meios de sobrevivência com dignidade. Isso significa o calçamento de ruas, saneamento básico, escolas, luz elétrica, água encanada e outros. A maioria da população prestava serviços como autônomos como empregados domésticos, com renda aproximada e de um salário mínimo ou menor.

Para a realização da dissertação sobre moradia com o tema PMCMV Programa Minha Casa Minha Vida da RMBH – Rede Metropolitana de Belo Horizonte, também chamada de Grande Belo Horizonte, instituída no ano de 1973 pela Lei complementar 14. Hoje o município é regido por Lei complementar e do Estado de Minas Gerais LEC nº 88/2006 e LEC nº 89 2006. Atualmente, a população ultrapassa 6 milhões de habitantes. É a terceira maior aglomeração urbana do Brasil. Constitui a sexagésima área metropolitana mais populosa do mundo.

3.1 Provisão do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

Segundo Dias (2002) a temática da pobreza e da exclusão social constitui um tema bastante polêmico e complexo. A mesma autora comenta que se a literatura mostra que a questão da pobreza não é novidade. A temática da exclusão é considerada ainda recente, sendo polemica dentro da nossa realidade. Os meios de comunicação têm confundido este termo de uma forma generalizada para referir-se à discriminação social o que contribui para o seu esclarecimento.

Como aponta Telles (1992)

A pobreza não se resume apenas à vivência de privações materiais, pois “o trabalho desqualificado, a ocupação incerta, o desemprego e o subemprego condensam uma malha de preconceitos e estigmas que segmentam desigualdades através de discriminações diversas. A concepção unidimensional da pobreza enquanto falta de acesso à renda monetária que tem como base a ótica do mercado, ou seja, a capacidade de consumidores individuais. Erradicar a pobreza é muito mais do que fazer das pessoas meros consumidores. Quer dizer, inclui políticas de

geração de emprego e renda, mais vai além delas. É preciso pensar a pobreza em termos de uma concepção de cidadania mais ampla, de acesso a serviços e políticas e aos centros de tomada de decisões do processo político. No Brasil, os enfoques sobre a pobreza têm privilegiado a família como foco das atenções já que a mesma tem apresentado na ausência de um verdadeiro “*welfare state*”, como o “espaço” que viabiliza a sobrevivência através do esforço coletivo de todos os seus membros” (1992, p.10 apud Dias 2002).

Segundo Martins (1997 apud Dias 2002) “a categoria (imprecisa e vaga) vem substituindo a ideia sociológica de processos de exclusão entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização”. Ele argumenta que “o que de fato ocorre” não é o movimento de emperrar as pessoas para fora, mas para dentro, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestam em face de privações, injustiças e carências.

Escorrel (2000) considera a exclusão social

... como sendo um processo no qual no limite os indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborais*, cuja única atividade é a preservação biológica, e na qual estão impossibilitados dos exercícios das potencialidades de condição humana. (ESCORREL, 2000, p. 141-143).

A pobreza, como registra Benévolo (1981, p. 44 apud Dias 2002) era uma condição suportada há séculos sem esperança de alternativas razoáveis.

Como observa Escorrel (2000 p. 142 apud Dias 2002)

A exclusão social é um fenômeno relacional, pois refere-se a uma situação cuja definição se dá em relação a outra. Assim, a exclusão no âmbito socio-escolar, fragilidade nos laços familiares, de amizade e vizinhança opõe-se à inserção que os vínculos sólidos com a família e as relações de companheirismo oferecem na mobilização de apoios à situação de calamidade dos vínculos econômicos ou políticos.

No eixo econômico-ocupacional, à inserção estável e regular expressa pelo binômio assalariamento proteção social, típica das sociedades de trabalho dos países centrais, corresponde uma situação de exclusão que

... é mais do que ocupar uma posição marginalizada no processo de produção e acumulação capitalista, mas é a condição contemporânea de ser supérfluo ou desnecessário. Entre uma situação e outra há inúmeras possibilidades de vulnerabilidade, precarização, instabilidade, irregularidade, desemprego recorrente, ocasional, cíclico, rendimento decrescente e informalidade. (2000 p.142 apud Dias 2002).

Nascimento (2000) aponta para a existência de uma geografia de exclusão social, em um duplo sentido parcial. Em primeiro lugar porque há lugares em que ela se processa com maior nitidez e em um outro sentido, porque o excluído não tem lugar “...

vagabundeiam pelos interstícios das cidades ou entre cidades”. (2000 p. 146 apud Dias 2002).

Como observa Escorrel (2000)

Assim como há diferentes trajetórias de vida que permitem a vivência de experiências heterogêneas de exclusão também há diferenciações de configurações de fenômeno da exclusão segundo os contextos sociais em que se desenvolvem. Tomando-se a situação francesa como contraponto, nota-se que a problemática contemporânea é a precarização do trabalho conjugada com as crises financeiras, ideológicas e filosóficas do estado de Bem-estar Social, já que neste país as referências próximas à família e território, foram substituídas pela proteção secundária das ações públicas institucionalizadas, pelos direitos de cidadania relacionadas com a inserção formal no mundo do trabalho. (2000 p. 146 apud Dias, 2002).

Ao analisar o programa, tem-se a impressão que ele resolveu o problema das desigualdades sociais em municípios onde o programa foi implantado, até resolveram algumas situações, mas quando se trata daquela população que optou pelo Minha Casa Minha Vida – entidades, pode ter tido algumas consequências não muito satisfatórias. Um dos problemas são os terrenos em que foram edificadas residências para uma população de baixa renda. Os terrenos escolhidos para a venda eram em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos, formando assim grandes comunidades periféricas, surgindo alguns problemas relacionados abaixo:

- Em São José do Rio o PMCMV levou a cidade a um crescimento para regiões periféricas direcionando o pessoal de baixa renda” pra regiões sem equipamentos públicos instalados, longe do comércio.
- O Programa atendeu como Entidade faixa 1, 37% e os outros 63% para pessoas que enquadravam até três salários mínimos.
- O Programa beneficiou um grande número de pessoas no Brasil, mas temos que lembrar que devido as moradias situarem em áreas periféricas dos municípios, sofre pela falta de infraestrutura, tais como educação, transporte, rede viária, dentre outros. Nessa carência de produtos urbanos, pode-se verificar o aumento da violência, distância do centro dificultando para o trabalho, para os moradores. Esta última análise foi feita na cidade de São José do Rio Preto. (MEIRELES, CASTRO, 2016).

As construções das unidades habitacionais no Brasil são marcadas pelas características de cada país ou região, seguindo uma política de massa, baseadas na economia pela escala, não atendendo as expectativas do usuário. São edifícios de até 4 pavimentos. O objetivo seria de suprir as funções básicas do indivíduo com uma produção

habitacional popular o que leva a diminuição do valor das moradias sob o ponto de vista de quem vai habitá-las.

Em Carvalho (2017) em sua dissertação apresentada à Escola de Arquitetura da UFMG intitulada como Análise da produção de habitações do MCMV na região metropolitana de Belo Horizonte, sob o ponto de vista da sustentabilidade relata que,

As pessoas percebem e frequentam, de diferentes maneiras, o espaço/ambiente onde vivem. Essa percepção é importante por apresentar as variações culturais e pessoais de um grupo social, além de modificar o conceito de que um espaço possui características que não podem ser mudadas. Em cada época distinta, as pessoas modificam o espaço de acordo com os seus valores. (CARVALHO, 2017, p. 33).

O espaço é efeito das relações das pessoas com os elementos físicos do mundo, o que reflete diretamente nas características culturais, sociais e psicológicas dos grupos envolvidos em uma região. Mesmo que as habitações do Projeto tenham sido planejadas e projetadas por um profissional, a percepção do usuário pode ser diferente da pretendida assim como a maneira de vivenciá-lo. O resultado não satisfaz, pois apresentam características básicas que precisam ser superadas para atingir a qualidade de vida desejada.

Para Maricato (2015) este Programa retomou a visão empresarial da política habitacional, ou seja, da construção de novas casas, apenas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade. (MARICATO, 2015, p. 37).

Em relação aos terrenos as casas estão localizadas em sua maioria nas regiões periféricas, em áreas carentes de infraestrutura, emprego e equipamentos, onde os preços dos terrenos são mais baratos, neste caso atendendo primeiramente o plano das construtoras que é alcançar maior lucratividade na produção dos empreendimentos, buscando a maximização e valorização dos empreendimentos.

Sob esta perspectiva Cardoso e Aragão (2013) ressaltam que,

...o capital construtivo e imobiliário buscam terrenos mais baratos, para reduzir os custos de produção, que na maioria dos casos apresentam problemas tais como o da acessibilidade e infraestrutura. Para os autores, o que se obtém com a escolha de terrenos mais baratos é a ampliação das margens de lucro e não a redução do preço final. Por consequência, há o aumento do custo social para os adquirentes que terão maiores despesas devido à má localização dos empreendimentos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

De acordo com a Cartilha da Caixa a especificação da casa térrea tem 35 m²;

- Compartimentos: sala, cozinha, banheiro, 2 dormitórios, área externa com tanque;
- Área da unidade: 35 m²;
- Área interna: 32 m²;

- Piso: cerâmico na cozinha e banheiro, cimentado no restante;
 - Revestimento de alvenarias: azulejo 1,50m nas paredes hidráulicas e box. Reboco interno e externo com pintura PVA no restante;
 - Forro: laje de concreto ou forro de madeira ou PVC;
 - Cobertura: telha cerâmica;
 - Esquadrias: janelas de ferro ou alumínio e portas de madeira;
 - Dimensões dos compartimentos: compatível com mobiliário mínimo;
 - Pé-direito: 2,20m na cozinha e banheiro, 2,50m no restante;
 - Instalações hidráulicas: número de pontos definido, medição independente;
 - Instalações elétricas: número de pontos definido, especificação mínima de materiais;
 - Aquecimento solar/térmico: instalação de kit completo;
 - Passeio: 0,50m no perímetro da construção;
- Já a especificação do apartamento tem 42 m²;
- Compartimentos: sala, cozinha, área de serviço, banheiro, 2 dormitórios;
 - Prédio: 4 pavimentos, 16 apartamentos por bloco – opção: até 5 pavimentos e 20 apartamentos;
 - Área da unidade: 42m²;
 - Área interna: 37 m²;
 - Piso: cerâmico na cozinha e banheiro, cimentado no restante;
 - Revestimento de alvenarias: azulejo 1,50m nas paredes hidráulicas e box. Reboco interno e externo com pintura PVA no restante;
 - Forro: laje de concreto;
 - Cobertura: telha fibrocimento;
 - Esquadrias: janelas de ferro ou alumínio e portas de madeira;
 - Dimensões dos compartimentos: compatível com mobiliário mínimo;
 - Pé-direito: 2,20m na cozinha e banheiro, 2,40m no restante;
 - Instalações hidráulicas: número de pontos definido, medição independente;
 - Instalações elétricas: número de pontos definido, especificação mínima de materiais;
 - Aquecimento solar/térmico: instalação de kit completo.
 - Passeio: 0,50m no perímetro da construção.

Segundo Leite (2006) os estudos e avaliações destas habitações apontam para a pouca funcionalidade dos espaços internos das moradias, que, por apresentarem áreas diminuídas, possuem pouca ou nenhuma privacidade (LEITE, 2006). Considerando que estes projetos não atendem amplamente as necessidades dos usuários, não são observados o grupo familiar e a possibilidade de utilizar a habitação como um lugar de trabalho.

3.2 O Contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Destaca-se neste capítulo o processo de desenvolvimento urbano, a metropolização e industrialização, analisando as transformações na estrutura territorial metropolitana a partir de ações do Estado, da sociedade e do mercado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dando atenção aos processos de expansão e articulação das tramas urbanas e aprofundamento do distanciamento socioespacial, procurando compreender como os processos sociais, políticos e econômicos na esfera nacional e regional se apresentaram sobre a organização da estrutura territorial da RMBH.

A cidade foi planejada no final do século XIX para ser a nova capital de Minas Gerais. As primeiras décadas se dão pela expansão da cidade até o final de 1930, quando a cidade assume de fato a função de polo econômico e cultural do estado. Depois de passar por um intenso crescimento urbano já não seguindo o projeto original.

Em 1940 a acelerada expansão urbana esteve associada a diversas intervenções estruturais com contribuições do Governo para adaptações estruturais necessárias para a viabilização da industrialização, dando origem ao Complexo da Pampulha e à Cidade Industrial.

Em meados de 1950 até 1960 deu início ao processo de conurbação e metropolização, introduzindo Belo Horizonte no contexto econômico nacional a partir de sua adequada industrialização.

O Regime Militar ocorreu na década de 1970 pelos resultados do intenso crescimento experimentado durante o milagre econômico, refletindo na nova industrialização mineira, com intensas repercussões sobre a estrutura socioespacial da metrópole. Esse modelo econômico adota uma concentração de renda e política urbana autoritária, aprofundado na ampliação das desigualdades e segregação socioespacial no acesso aos serviços urbanos.

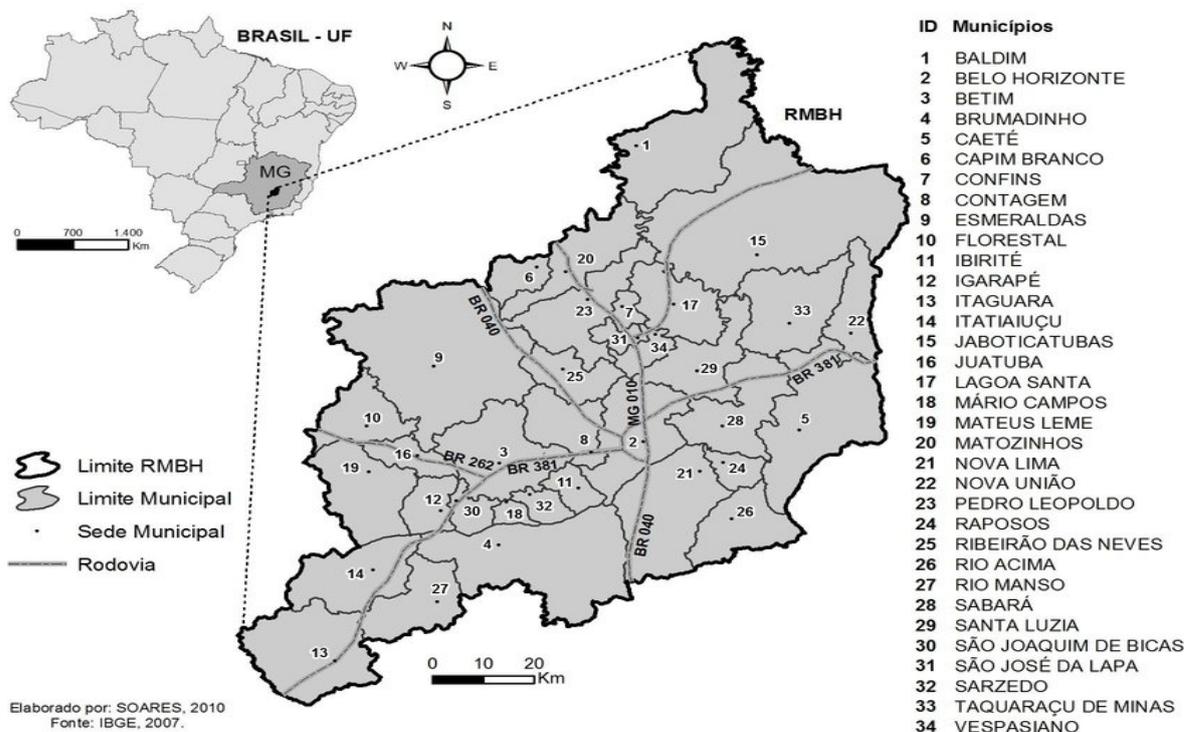
Ao final da década de 1970 deu-se a crise fiscal do estado nacional e início da recessão econômica, aumento de desemprego, e a elevação dos problemas sociais e urbanos. O desequilíbrio sócio-econômico na MRBH revelou o processo de favelização e assentamentos irregulares.

Nos meados de 1990 até 2010 a estrutura sócio-espacial de Belo Horizonte sofreu modificações e expansões do eixo sul motivado pelo crescimento dos loteamentos fechados e a reestruturação no setor norte econômica e socioespacial, provocados pela retomada do crescimento econômico e intervenção do Estado.

A efetivação da cidade se deu pelo Ribeirão Arrudas, ao norte da serra do Curral. As linhas de ferro da EFCB instalaram em seu leito, a Ferrovia e o Ribeirão constituíram

uma barreira, dividindo entre norte e sul a zona urbana e teve uma relevante importância ao desenvolvimento inicial da cidade. Isso garantiu que a futura área nobre da cidade não fosse seccionada por uma barreira de difícil transposição, que quase não havia ligações entre os dois lados da cidade. (VILLAÇA, 1998).

Figura 2: Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte



O centro comercial de Belo Horizonte era composto por residências, estabelecimentos comerciais e fábricas, que se desenvolveu, maiormente na Zona Norte da região. Destacando a Avenida Afonso Pena, Praça da Estação, Avenida do Comércio e a Rua dos Caetés. A Avenida do Comércio e a Rua dos Caetés ligavam originavam o local de grande movimentação dos tropeiros que abasteciam a cidade. A Rua da Bahia era a região que constituía a principal via da cidade onde concentrava o comércio e o atendimento a elite da cidade. A partir da década de 1930 o comércio mais qualificado subiu a Avenida Amazonas e, no encontro com a Avenida Afonso Pena, passou a conformar o centro da cidade, a Praça 7 de Setembro. (PLAMBEL, 1986).

Nas duas primeiras décadas do século, um elevado número de pessoas pobres foram expulsas das áreas nobres da cidade e passaram a residir na nascente da periferia da zona suburbana, fazendo com que novos bairros periféricos crescessem desordenadamente. Do lado oeste num primeiro momento Barro Preto, Calafate e Carlos Prates sendo abrigos de operários imigrantes italianos e posteriormente, Nova Suíça e Gameleira, no Leste e Norte originaram Santa Efigênia, Santa Tereza, Sagrada Família, Concórdia e Renascença. (PLAMBEL, 1986). Os bairros Floresta e lagoinha também

eram pontos de apoio para abastecimento da cidade, subcentro de comércio popular, atendendo a porção periférica da cidade.

Na área urbana a elite e a burocracia tinham um melhor acesso à infraestrutura e aos equipamentos coletivos e privados. Na zona suburbana e nas colônias agrícolas viviam a população carente. No lado Sul se dava um maior crescimento urbano.

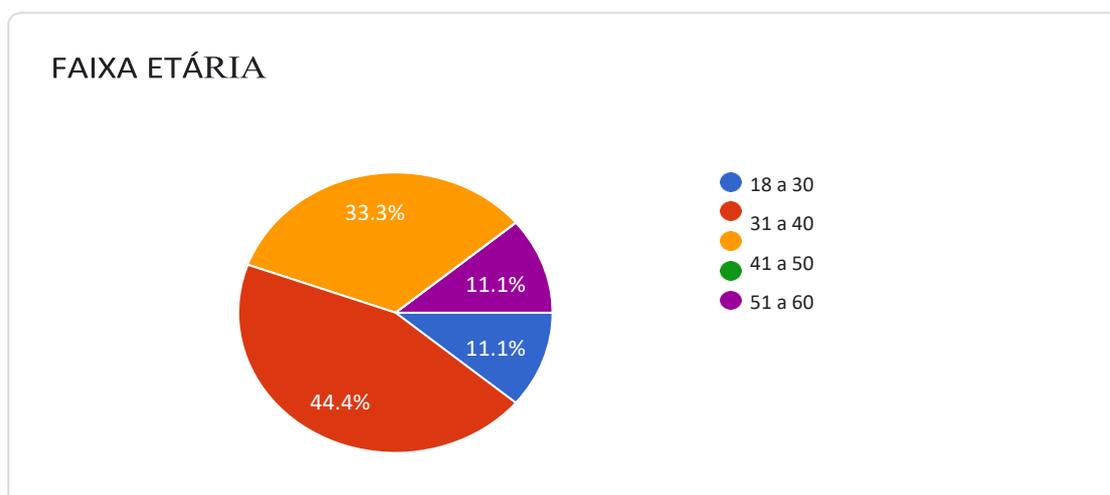
São cinquenta as cidades que integram a região metropolitana de Belo Horizonte e possuem uma população estimada pelo IBGE (2018) de 5,96 bilhões de pessoas numa área de 14.979, 1 km². As maiores cidades da região metropolitana que possuem maior população e maior PIB – Produto Interno Bruto são Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Santa Luzia, Ibirité, Sabará, Vespasiano e Nova Lima.

3.3 Pesquisa Qualitativa

Durante todo o processo de análise dos dados da pesquisa ocorreu à preocupação em referenciar e relacionar o material selecionado para análise com a fundamentação teórica, tendo como concepção os objetivos de pesquisa, não foi possível entrevistar todas as pessoas que possuem moradias em todas as regiões de Belo Horizonte como era a vontade no início da pesquisa.

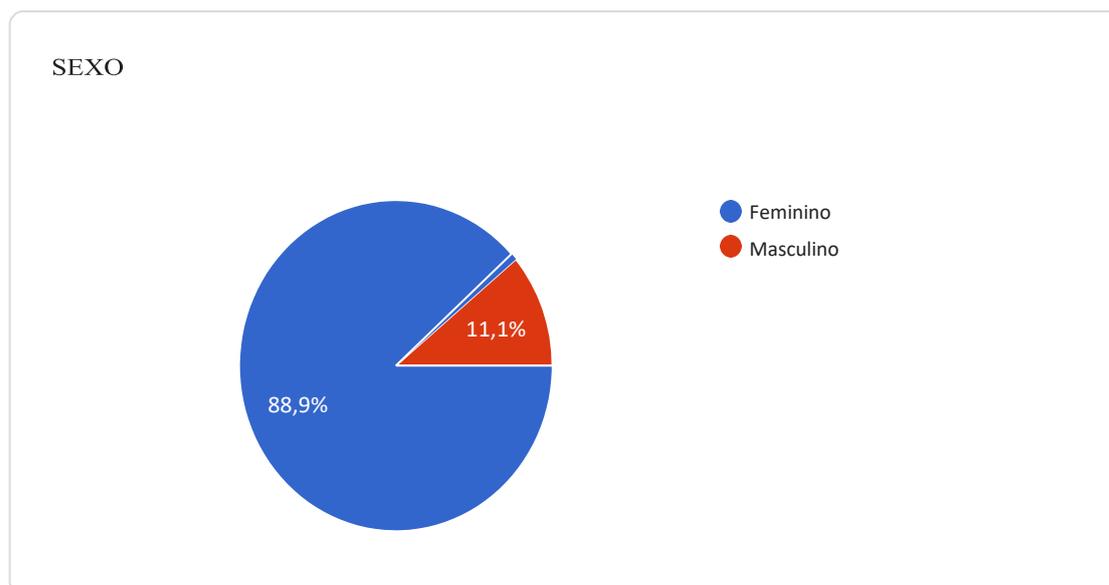
Os dados coletados na entrevista foram analisados qualitativamente, dessa forma para uma melhor explicitação eles foram organizados e descritos a seguir.

Gráfico 1: Sexo das pessoas entrevistadas



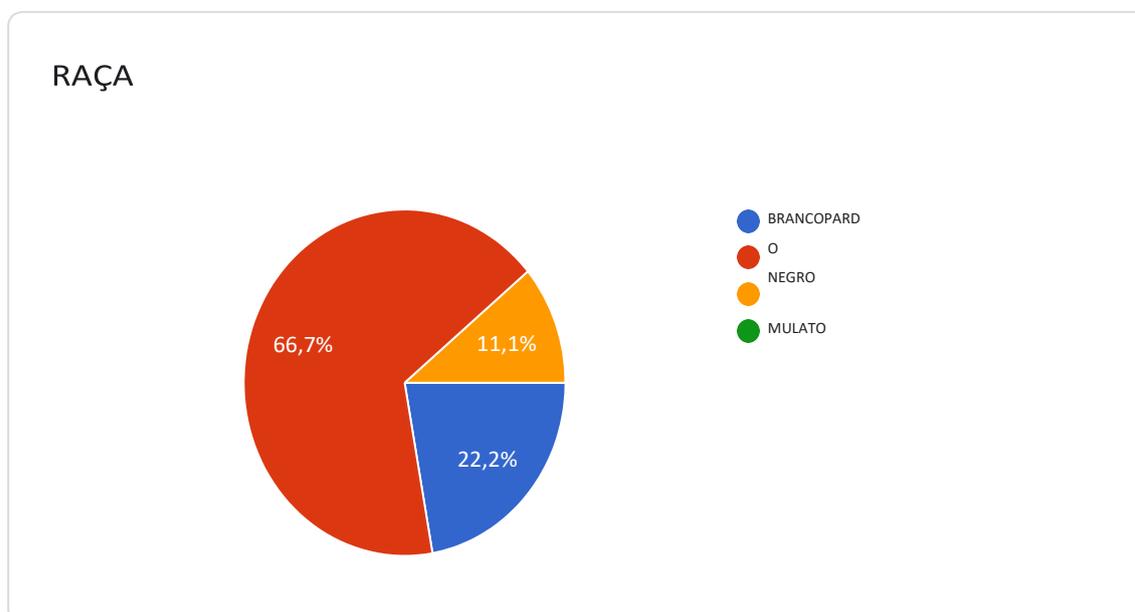
Do total de 15 entrevistados 11,1 % são do sexo masculino e 88,9% do sexo feminino.

Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados



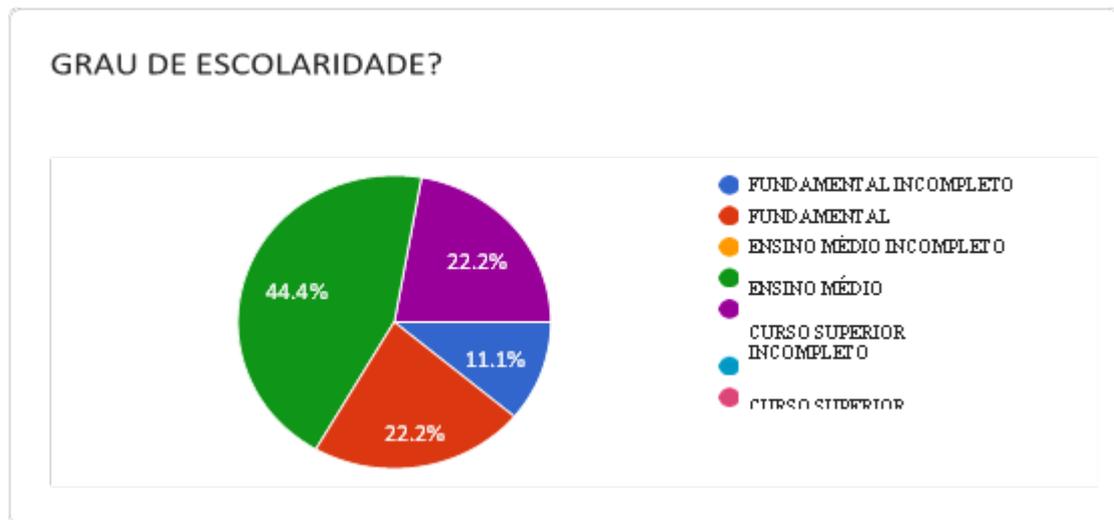
A faixa etária é compreendida entre 18 anos e 50 anos. Com 18 a 30 anos havia 11,1%. De 31 a 40 % tinham 33,3 % de 41 a 50 anos tinham 44,4% e acima de 51 anos tinham 11,1%.

Gráfico 3: Raça dos entrevistados



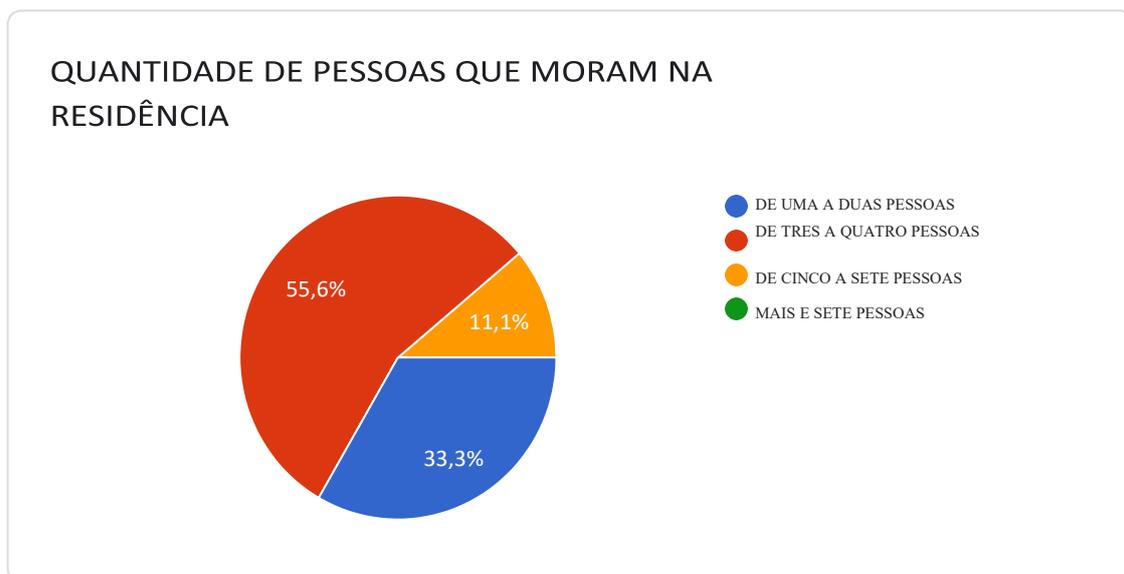
Dos entrevistados 22,2 eram brancos, 66,7 % se consideravam pardos e 11,1 negros. A desigualdade racial entre brancos e negros na sociedade brasileira é inquestionável e persiste com a precariedade de políticas públicas para a sua superação. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, os negros representam 75,2% do grupo formado pelos 10% mais pobres do país.

Gráfico 4: Grau de escolaridade



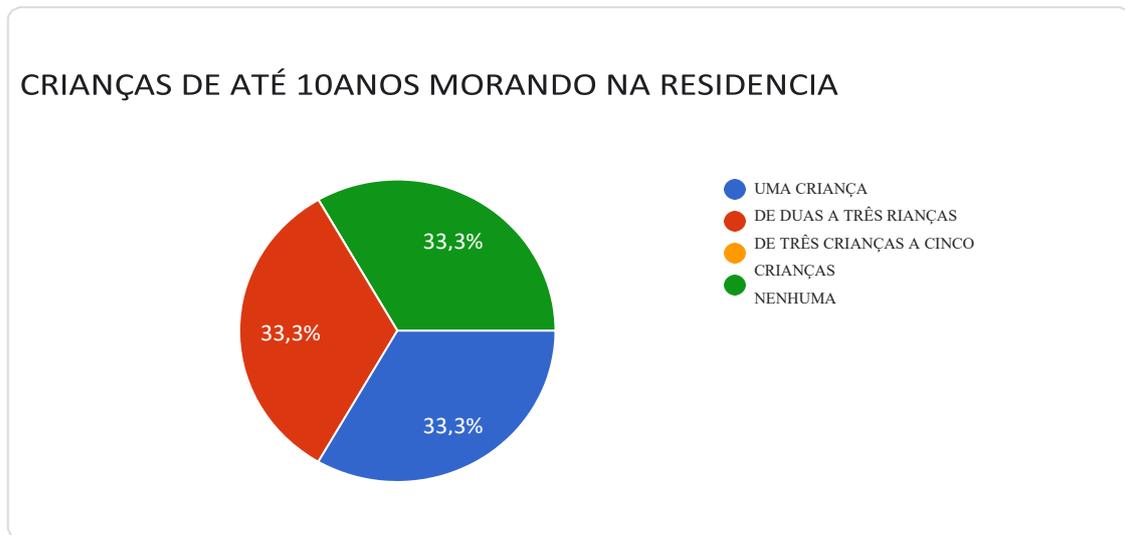
Em relação ao grau de escolaridade, 11,1% têm ensino fundamental incompleto, 22,2% têm ensino fundamental completo, 22,2% têm curso superior incompleto e 44,4% têm ensino médio completo

Gráfico 5: Quantidade de pessoas que moram na residência



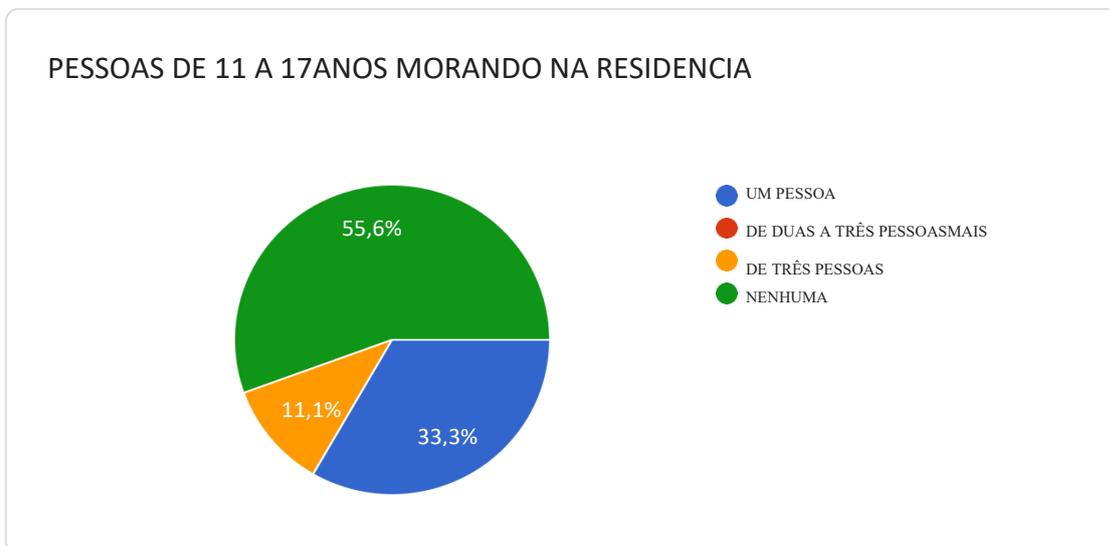
O número de pessoas que residem na residência 11,1% de cinco a sete pessoas, 33,3% de uma a duas pessoas e 55,6 de três a quatro pessoas.

Gráfico 6: Quantidade de crianças de até 10 anos que moram na residência



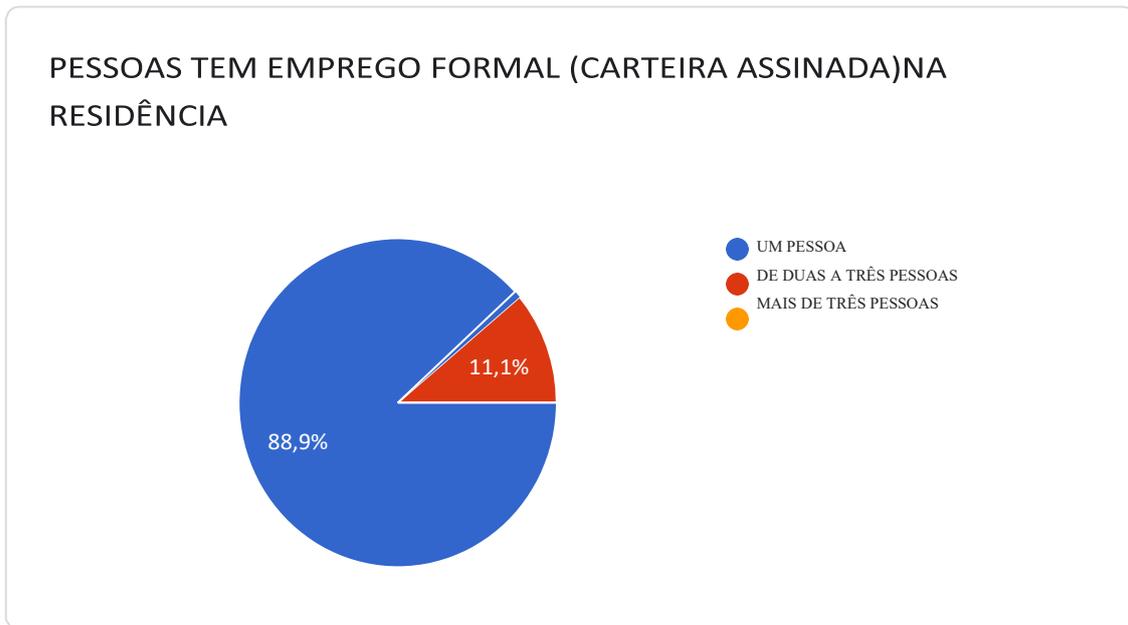
Em relação ao número de crianças, residem na moradia uma média de 33,3% de crianças com 10 anos, de duas a três crianças e de três a cinco crianças.

Gráfico 7: Quantidade de pessoas de até 11 a 17 anos que moram na residência



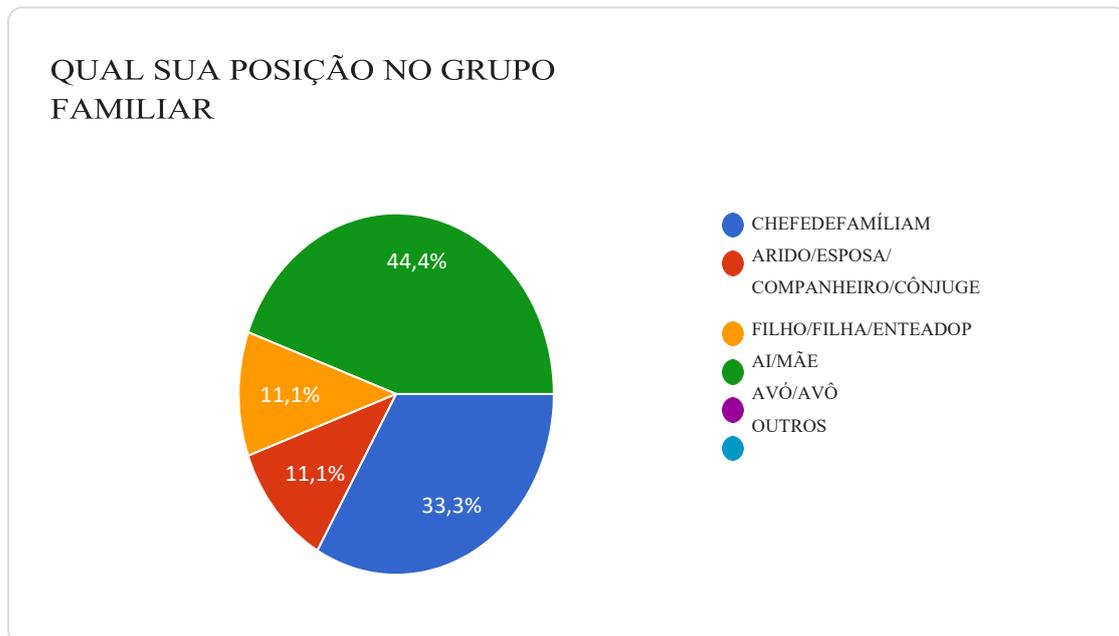
Residem na residência uma média de 11,1% de uma a duas pessoas, 33,3% apenas uma pessoa e 55,6% mais de três pessoas.

Gráfico 8: Pessoas que tem emprego formal



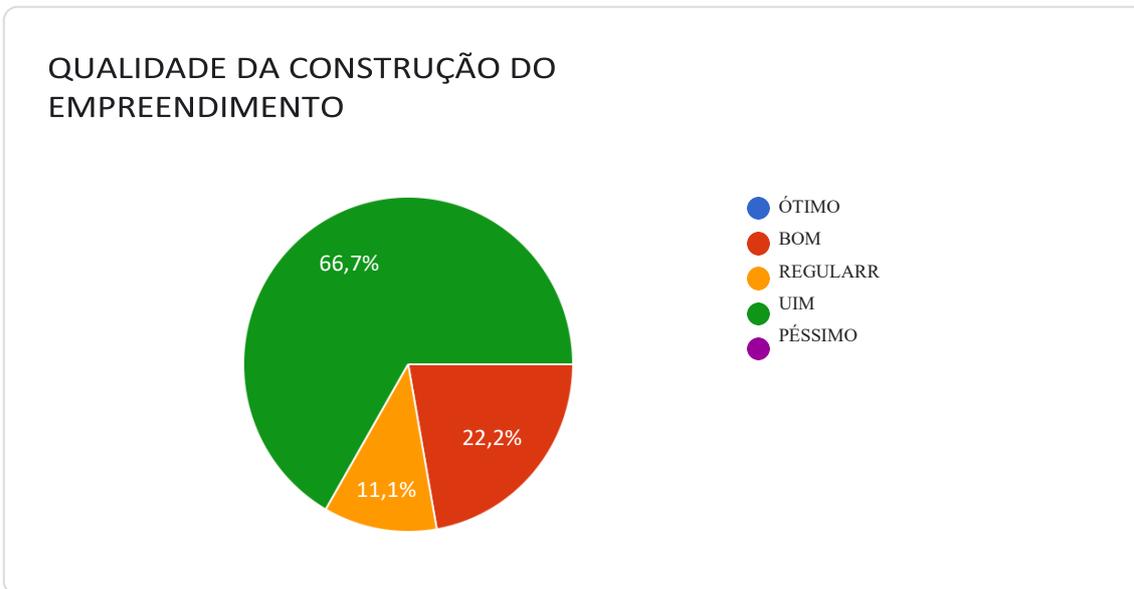
Têm emprego formal apenas 11,1% de duas a três pessoas e 88,9% apenas uma pessoa.

Gráfico 9: Posição familiar no grupo



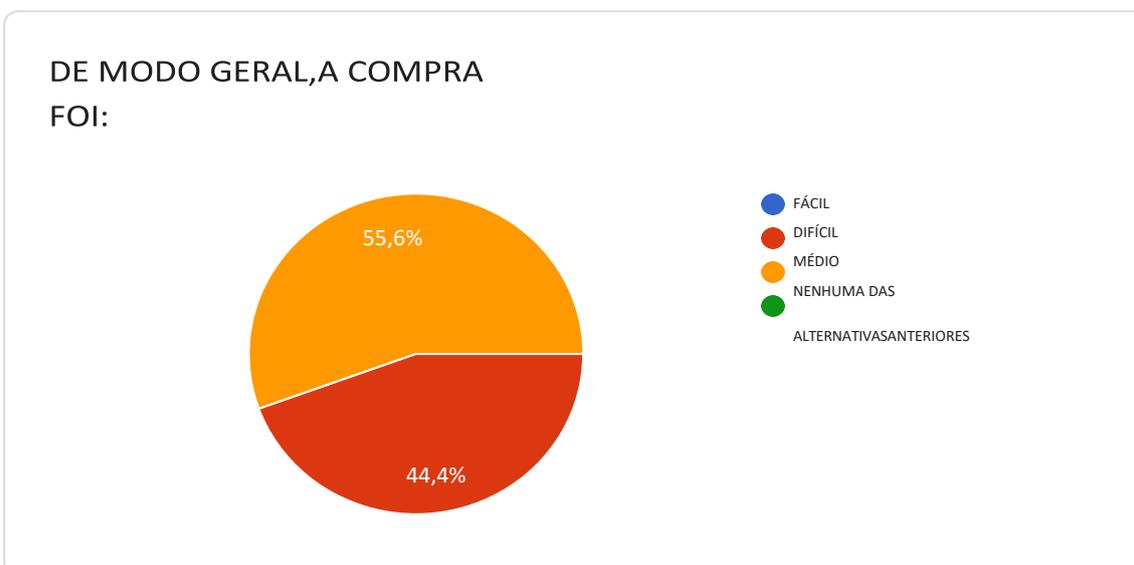
Em relação a posição que ocupa no meio familiar, podemos verificar através do gráfico que com 44,4% estão o pai ou a mãe, 33,3% chefe de família, 11,1% estão marido, esposa, companheiro, cônjuge e filho, filha ou enteado.

Gráfico 10: Qualidade da construção



A qualidade da construção do empreendimento está entre ruim, regular e bom. Com 66,7% ruim, 22,2% bom e 11,1% regular. O que demonstra insatisfação em relação a construção do empreendimento.

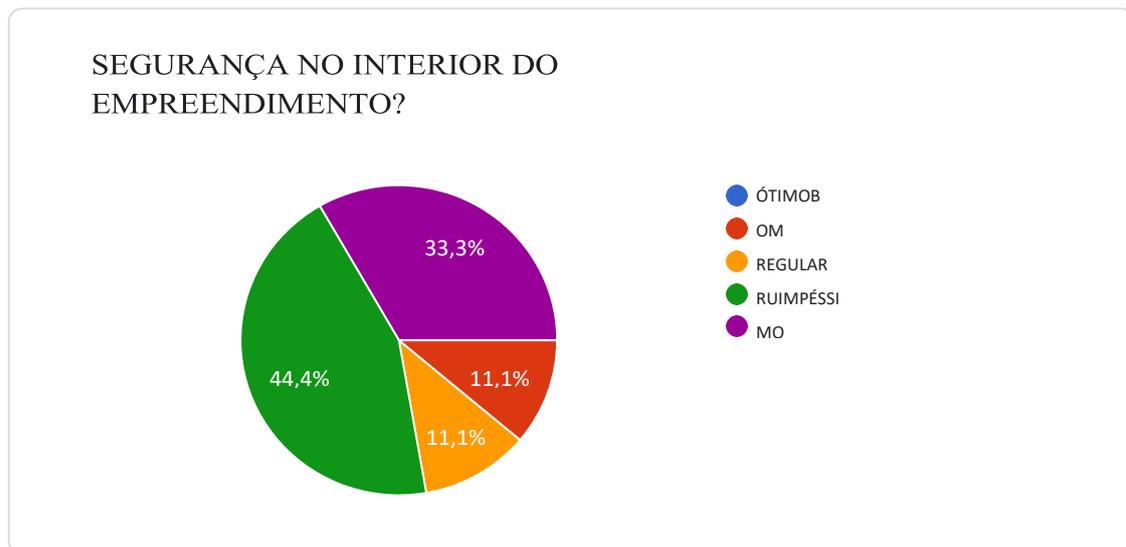
Gráfico 11: Dificuldade da compra



A compra do imóvel foi em sua maioria difícil, ocupando um percentual de 44,4%. e de média dificuldade totalizando 55,6% em relação as respostas dos entrevistados. Soma-se ao argumento uma desconformidade existente entre a dificuldade do poder público (especialmente municipal) na aplicação de recursos e execução dos programas, ineficiência, burocracias, restrições legais e fiscais, licitações demoradas, órgãos de

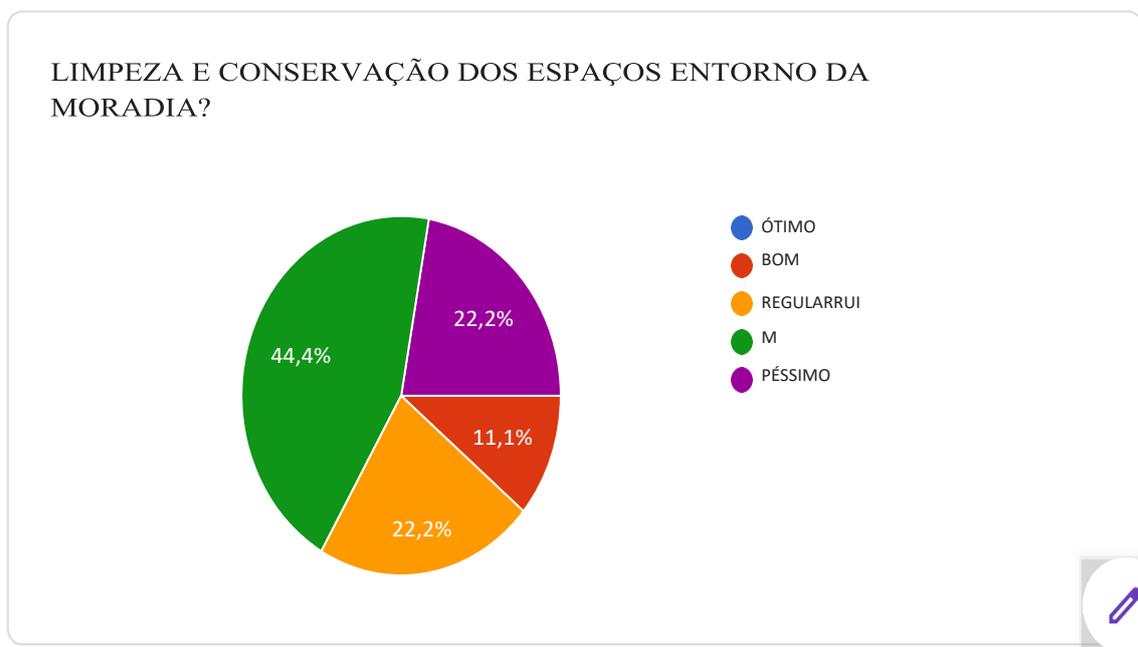
fiscalização etc., com a necessidade de uma ação que, conseqüentemente, deve responder rapidamente à realidade.

Gráfico 12: Segurança no interior do empreendimento



De acordo com o gráfico a segurança no interior do empreendimento é ruim, ocupando um percentual de 44,4%, 33,3 é péssimo, e 11,1% está entre regular e bom.

Gráfico 13: limpeza e conservação do espaço



A limpeza e conservação do espaço é ruim com 44.4% regular e péssimo com 22,2% e bom com 11,1%.

Gráfico 14: Quantidade de vagas no estacionamento

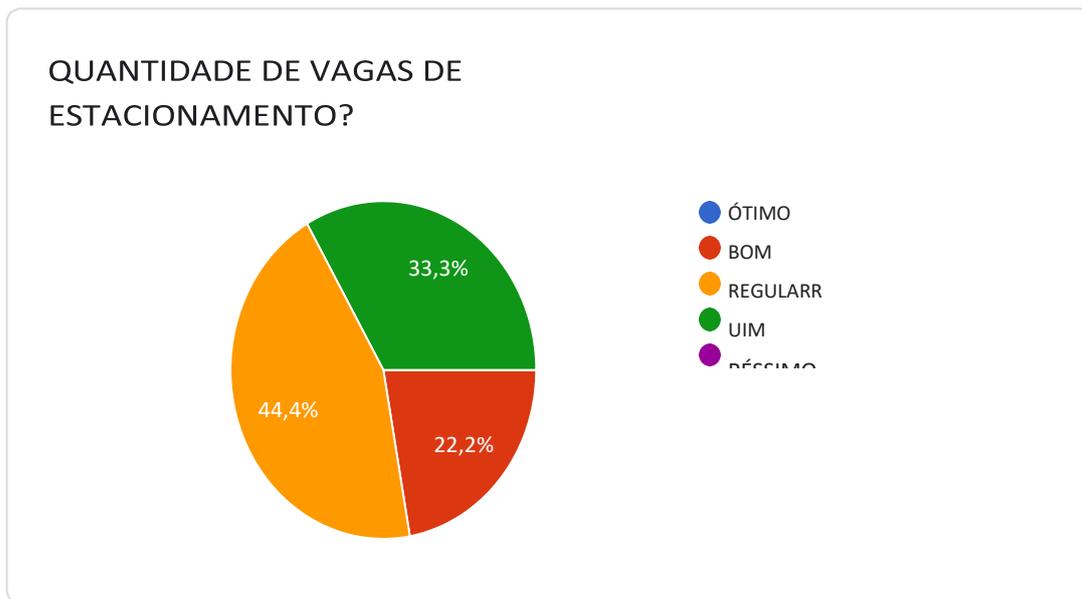
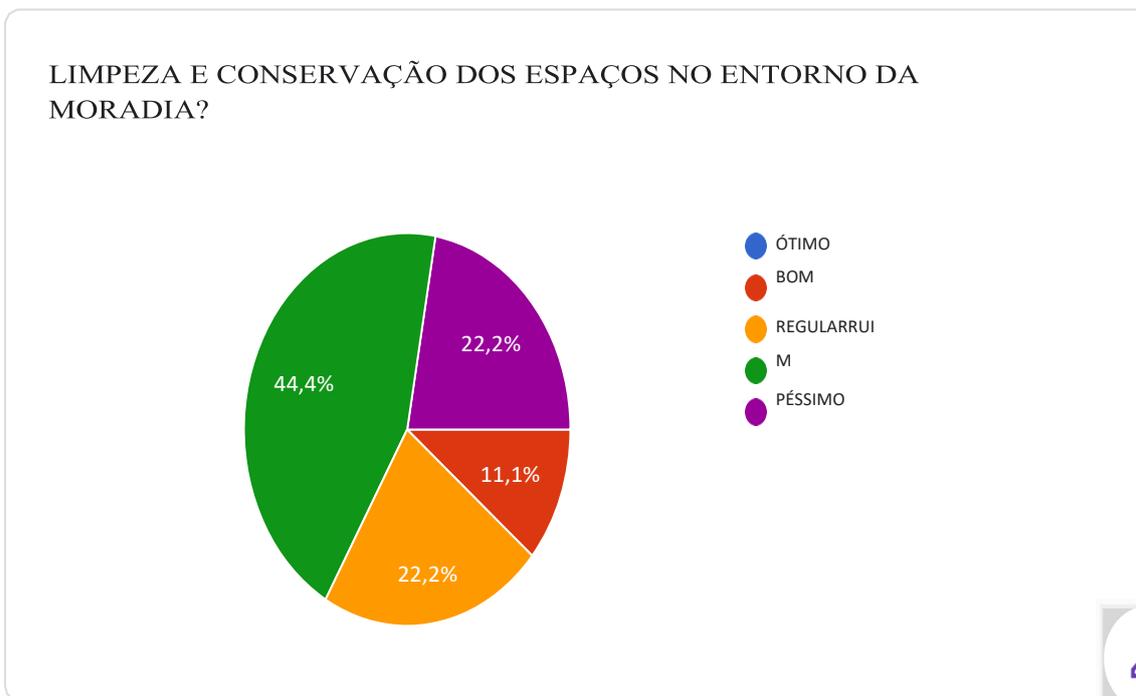
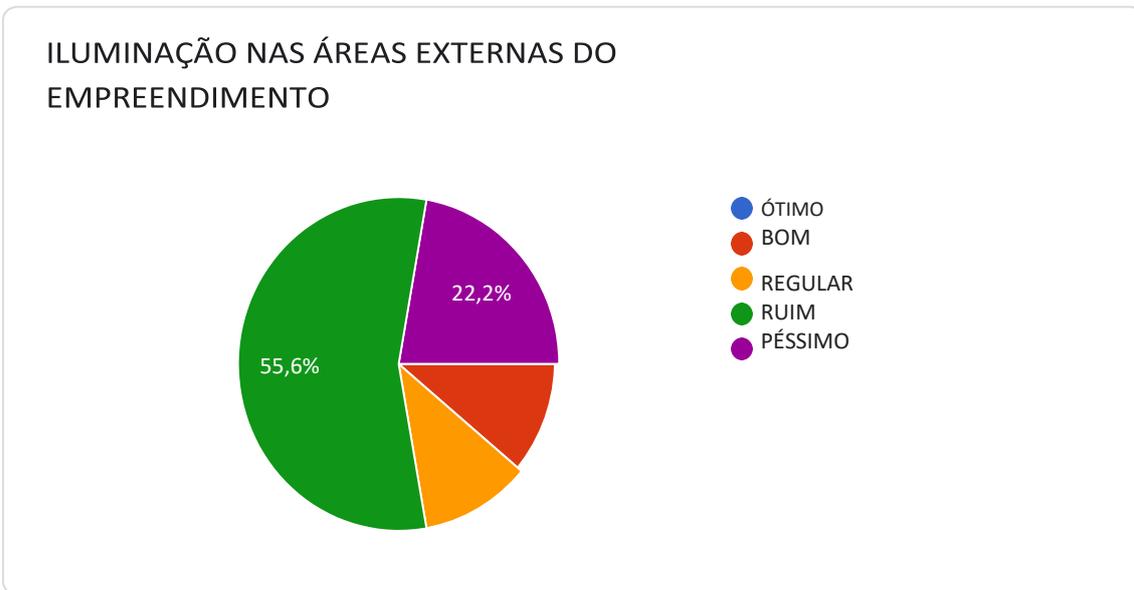


Gráfico 15: Limpeza e conservação dos espaços



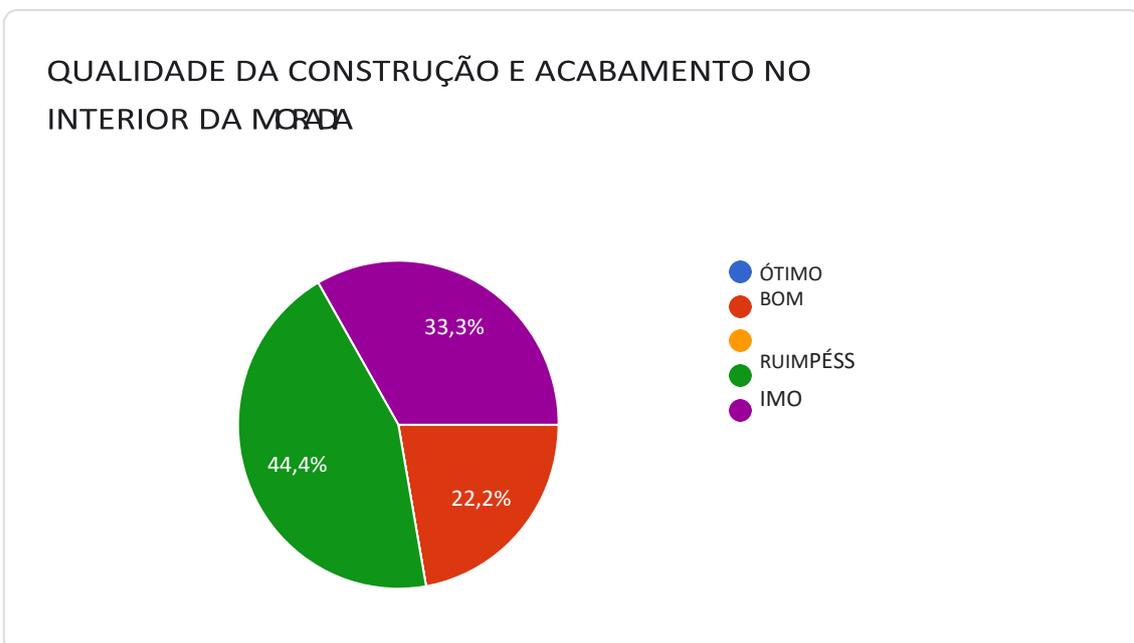
A limpeza e conservação do espaço é ruim com 44,4% regular e péssimo com 22,2% e bom com 11,1%.

Gráfico 16: Iluminação



Um item importante que é a iluminação na área externa, é colocado como 55,6% como ruim, 22,2% como péssimo, 11,1% bom e regular.

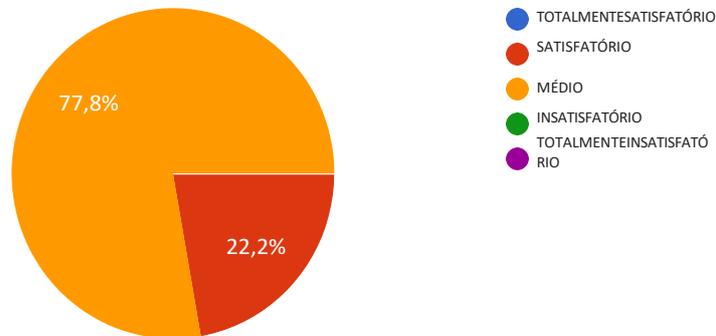
Gráfico 17: Qualidade da construção



A qualidade da construção no interior da moradia é 44,4 % ruim, 33,3% péssima e 22,2% boa.

Gráfico 18: Serviço de saneamento básico

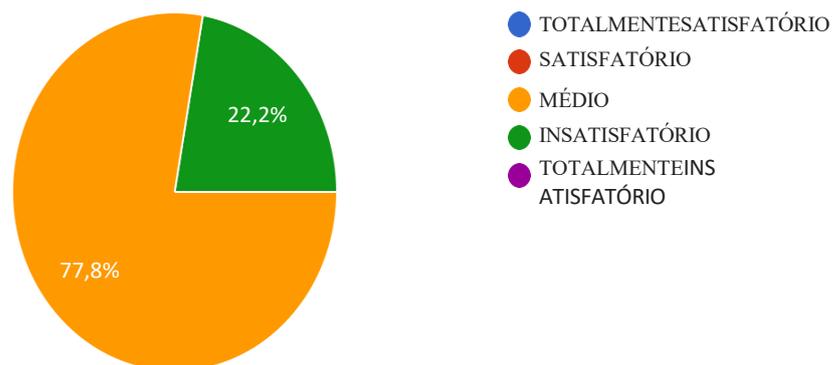
EM RELAÇÃO AO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO(ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA, ESGOTO)



Em relação ao saneamento básico eles estão o grau de satisfação e meio e satisfatório. Com 78,8% e 22,2% respectivamente.

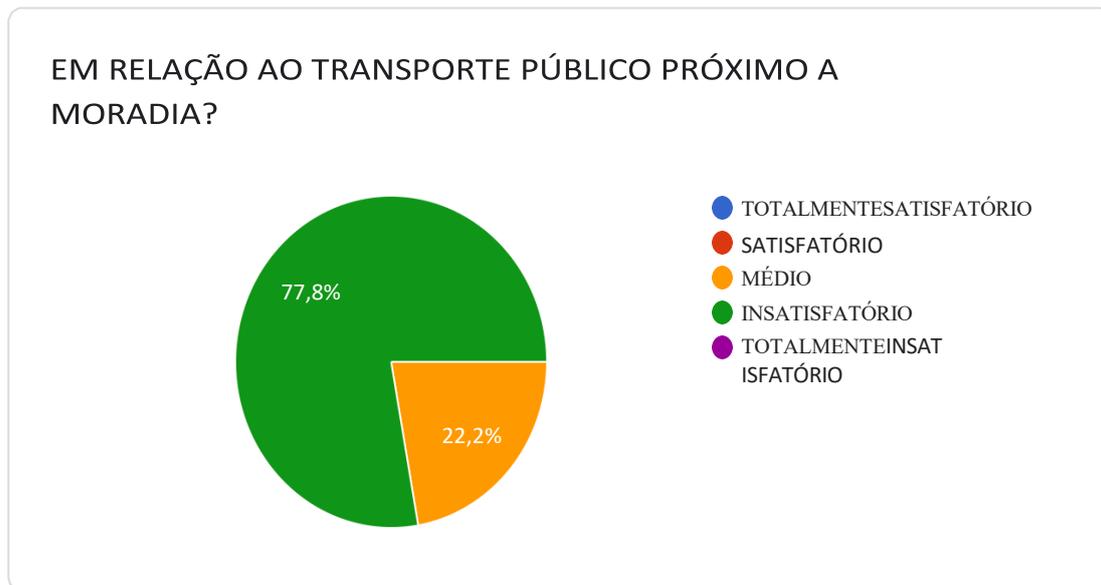
Gráfico 19: Educação próximo à moradia

EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO PRÓXIMO AMORADIA(ESCOLA/CRECHES)?



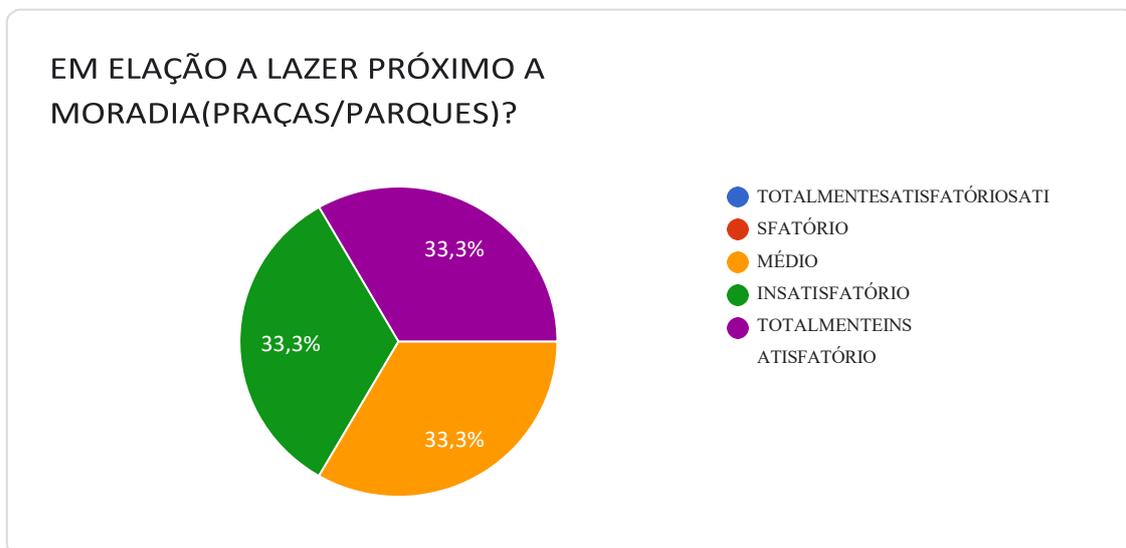
Em relação a educação próximo da moradia é 77.8 % responderam que é médio e 22,2% insatisfatório.

Gráfico 20: Transporte próximo a moradia



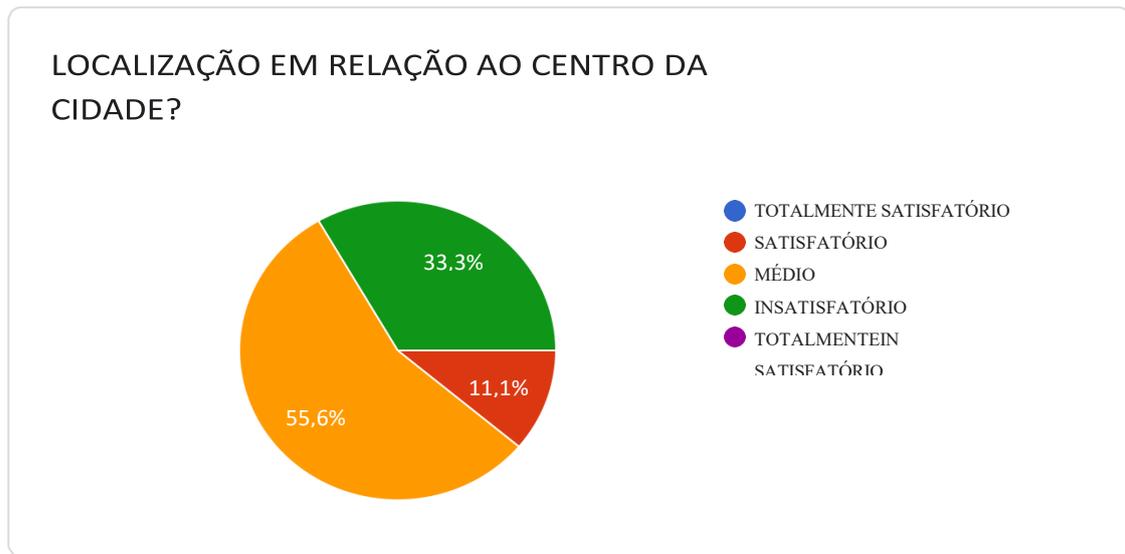
Em relação ao transporte público próximo a moradia 77,8 % responderam que é insatisfatório e 22,2% é médio.

Gráfico 21: Laser próximo a moradia



Em relação a laser próximo a moradia é 33,3 % responderam que é insatisfatório e 33,3 % é totalmente insatisfatório e 33,3% médio.

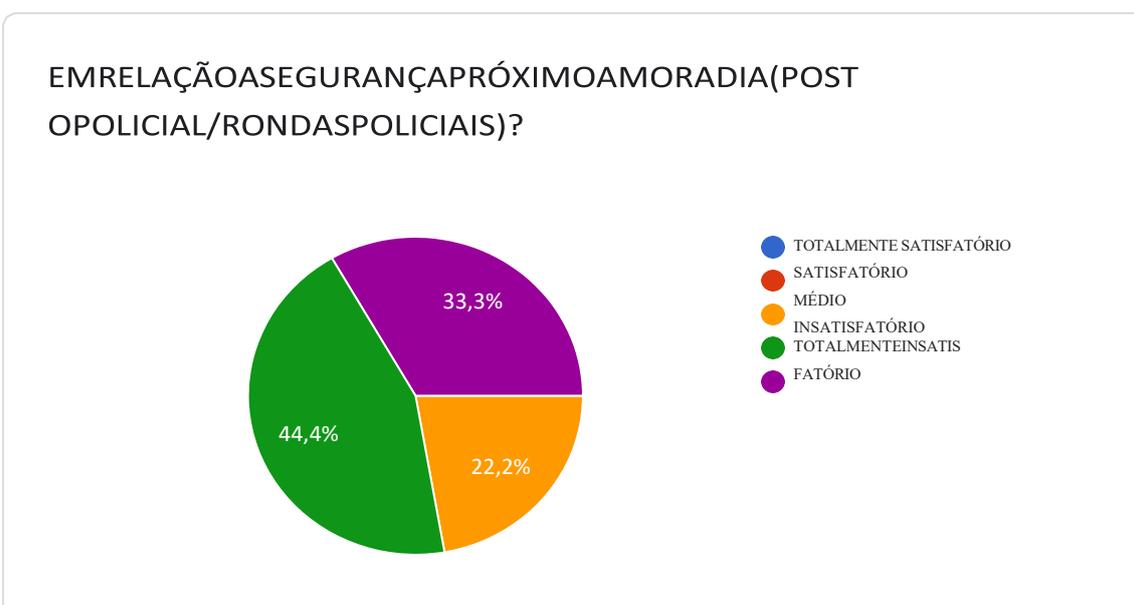
Gráfico 22: Localização em relação ao centro da cidade



Em relação ao centro da cidade é 56,6 % responderam que é médio, 33,3 % estão totalmente insatisfeitos e 11,1% estão satisfeitos.

Estudos e pesquisas devem ser aprofundados para se compreender a geografia ou a configuração do espaço relacionado ao MCMV. Sendo esse um programa que tem sua lógica ditada por interesses diversos, indo além daquela que estaria associada ao produto que o programa entrega a habitação, e relacionando setores públicos e privados, parece que essa geografia ganha matizes que vão muito além das cores do déficit ou da política habitacional.

Gráfico 23: Relação a segurança próximo a moradia



Os entrevistados estão insatisfeitos com a segurança próximo a moradia. 44,4% responderam que estão totalmente insatisfeitos, 33,3% responderam que estão insatisfeitos e 22,2% responderam que estão médios.

Alguns dos entrevistados responderam à questão que indaga sobre a qualidade do bairro onde a construção do empreendimento foi realizada e responderam que possui baixa qualidade e muita criminalidade, além da necessidade do comércio local. Não possui infra-estrutura, e ainda não tem ronda policial.

ALGUMA OBSERVAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DO
BAIRRO ONDE
A CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO FOI REALIZADA

Baixa qualidade e muita criminalidade

Precisa de comércio

Totalmente sem comércio...sem outras linhas sem ronda policial

Melhoria da infraestrutura

Figura 6: Fotografia aérea de Belo Horizonte

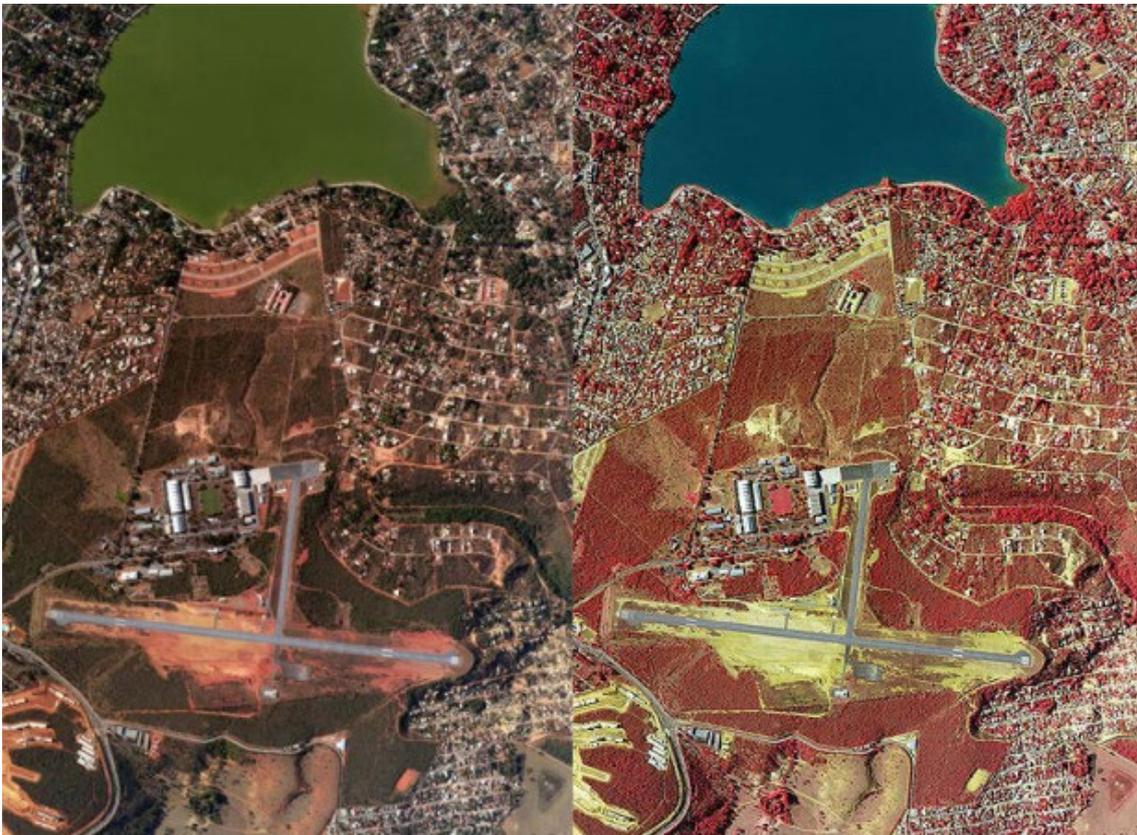


Figura 7: Mapa da população da RMBH

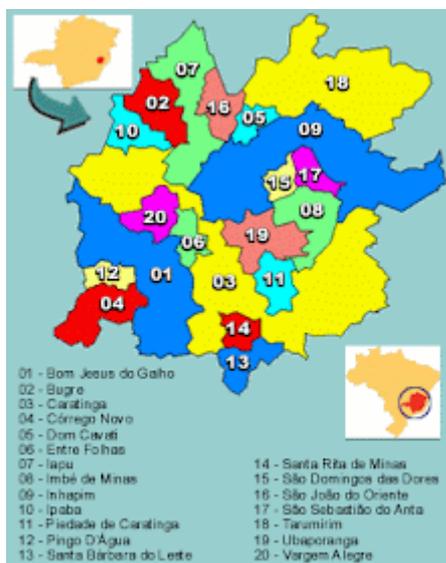


Figura 9: Mapa do IDH da RMBH



Figura 10: Imagem de satélite da RMBH



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise, acredita-se que o PMCMV não está em conformidade com seu objetivo principal, visto que apesar de muitas unidades terem sido entregues e que inúmeras pessoas tenham sido atendidas pelo programa. Ainda há muitas famílias sem moradias dignas, principalmente nas regiões mais populosas da RMBH.

As repostas das entrevistas demonstraram uma grande insatisfação a aquisição da moradia pelo Programa.

Como professora de Geografia e estudante do mestrado em Políticas Públicas sugiro a importância de dar seguimento e atenção à ampliação de subsídios concentrados no combate do déficit habitacional e baixa na taxa de juros, que são algumas das condições para ampliar o mercado em direção à classe média e subsidiar as classes de baixas rendas. Assim as iniciativas tomadas a partir de 2004 para introduzir tecnologia e aumento de produtividade na construção civil também devem ser mantidas.

Outra ação que seria benéfica ao programa poderia ser a implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social integrados aos governos estaduais e municipais, com uma estrutura institucional federativa necessária para a realização de um plano nacional de construção massiva e participativa de moradias para as camadas de baixa renda. Manter a permanência do Programa Nacional de Regiões Metropolitanas, garantindo condições (institucionais, urbanas, fundiárias, imobiliárias e de infraestrutura) para regularização, recuperação e a ampliação do parque habitacional brasileiro.

Estabelecer parâmetros para o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano direcionado para a aplicação dos recursos federais no território brasileiro. Os ministérios da Cidade, Desenvolvimento, Trabalho e Emprego, juntamente com a Caixa Econômica Federal devem compartilhar a padronização do Banco Central sobre a aplicação dos recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), buscando ampliar os investimentos do mercado privado para o acesso pelas classes médias com rendas situadas acima de cinco salários mínimos.

Figura 3 – Fundação da Casa Popular

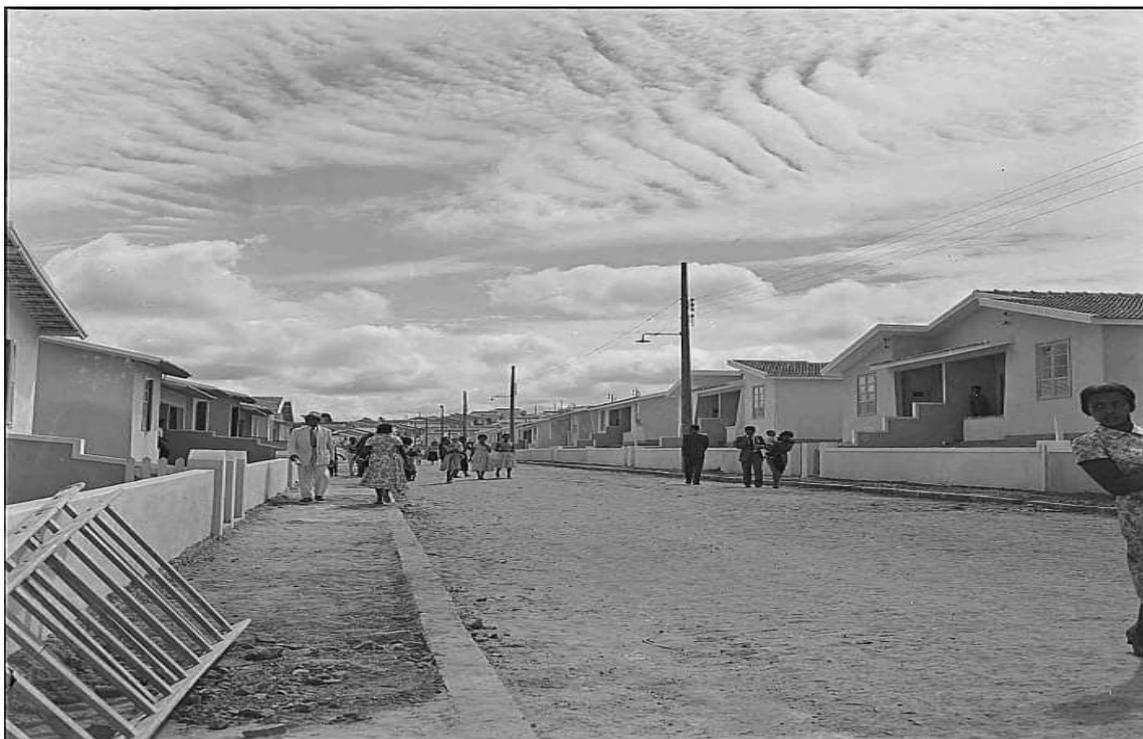


Fonte: Grupo Fotos Antigas

Figura 4: Inauguração Casa popular em Belo Horizonte



Figura 5: Conjunto Residencial Juscelino Kubitschek em Belo Horizonte



Fonte: Grupo Fotos Antigas

REFERÊNCIAS

ABRAINCA. Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez Anos Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - Produto 2 - Relatório Técnico Final - 2ª Versão 17 de outubro de 2018.

ALFONSIN, B. Direito à moradia adequada: o que é, como defender e efetivar. Belo Horizonte. Fórum, 2014.p 23.

ALFONSIN, B. A questão fundiária no Brasil. p. 69, 2007.

ARRETE M. intervenção do estado e o setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional: espaços e debates – São Paulo, v x, n.31 p-21-36, 1990.

ARAÚJO, Márcio Augusto. A moderna construção sustentável: Disponível em: http://www.idhea.com.br/artigos_entrevistas.asp. Acesso em: 26/12/2020.

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas. São Paulo: Laços, 2015. PG 101-108

BRASIL. Ministério das Cidades. Junho de 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdu/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2018/06-06-18-audiencia-publica/apresentacao-ministerio-das-cidades/view>>.

BRASIL. Ministério das Cidades. Relatório de Gestão 2018. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/images/MCid_Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_Relato_Integrado.pdf>.

BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. Revista Teoria e Debate. Edição 82 - 01/05/2009 – Acesso Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida>>Ultimo acesso em: 09/10/2019.

BARAVELLI, José Eduardo. Subsídio e déficit habitacional no programa MCMV. Espaço, planejamento e urgências, Belo Horizonte, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n1p199>. Acesso em 22/12/2020.

CARDOSO, Lúcio Adauto; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa, Minha Vida. In: CARDOSO, Lúcio Adauto (org.). O Programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

DEFREIN, Aline Moraes. O jovem e o mercado de trabalho. Escola, Violência e Garantia de Direitos, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial

para obtenção do título de Especialista. Orientador: Prof. Orlando Orlandi, Msc. Tubarão (SC), 2015. Disponível em Modelo para Digitação (sed.sc.gov.br). acesso em 20/12/2020.

DIAS, Sônia Maria. Construindo a Cidadania: Avanços e Limites do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a Asmare. Belo Horizonte. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de geografia. 2002.

ESCORREL, Sarah. Vidas ao Léu. Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FRANCO, Wellington Moreira. Desemprego e desigualdade no Brasil metropolitano. Ipea. N° 76. 2011.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

IPEA – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://ibge.gov.br/>

FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO . Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2009 / Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. - Belo Horizonte, 2012. BELO HORIZONTE, 2012. 200p.

JACCOUD I. Pobres cidadania e pobreza. 2006.

KAFRUNI, Simone. Crise desencadeada pela COVID 19 afeta o Minha Casa Minha Vida. Disponível em: Crise desencadeada pela covid-19 afeta o Minha Casa Minha Vida (correio braziliense.com.br). Acesso em: 26/12/2020.

KLIKSBERG, Bernardo. Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo-SP. 2014.

LAVINAS, LENA E CAVALCANTE, ANDRÉ. O legado da constituição de 1988: é possível incluir sem universalizar? Carta social e ao trabalho n.7 CESIT, UNICAMP. 2007.

Lefebvre, h Espaço e política Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.

LEITE, L. C. R. Avaliação de projetos habitacionais: determinando a funcionalidade da moradia social. São Paulo: Ensino Profissional, 2006.

MARCONI, M.A Lakatos, Em metodologia científica 6ª ed. São Paulo: atlas, 2011.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, Eduardo e RODRIGUES Leandro. O programa minha casa minha vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. RB Estudos Urbanos Regionais. V. 15. Nº2. 2013.

MARTINS, J.S. Exclusão Social e a nova desigualdade. São Paulo: 1997. In: Dias, Sônia Maria. 2002.

MENEZES, Vitor Mateus Oliveira de. Família e oposição de classe: a socialização familiar pela privação e a socialização familiar protetiva. Doutorando em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, do Ipea, entre 2015 e 2016. Brasília. Abril de 2018. Disponível em: td_2379.pdf (ipea.gov.br). acesso em 20/12/2020.

NASCIMENTO, E.P. Dos Excluídos necessários aos desnecessários. In: BURSZTYN, M, (org.). No meio da rua-nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond. 2000.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. Austeridade afasta brasileiros do direito à moradia. Revista Teoria e Debate. 11/09/2018 -. Acesso disponível em: <https://fpabramo.org.br/2018/09/11/austeridade-afasta-brasileiros-do-direito-moradia/> último acesso em: 09/10/2019.

TELLES, Vera da Silva. IN; Dias, Sônia Maria. Questão Social e Cidadania- XV Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, MG. 2002.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Metodologia da Pesquisa. 2009. PG 71-81

OZÓRIO, Im.s. O direito à moradia como direito humano.

ANEXO 1

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

CIDADE: _____

Data da entrevista _____ / _____ / _____

Nome do entrevistado _____

Sexo _____ Idade _____ Cor _____

Condições Socioeconômicas

Grau de escolaridade? _____

Qual a renda familiar? _____

Quantas pessoas moram na moradia? _____

Quantas crianças? _____ Quantos adultos? _____

Dos adultos quantos tem emprego formal? _____

Quantos quartos possuem a moradia? _____

Qual a sua posição no grupo familiar:

() Chefe de família () companheiro () filho () neto () pai/mãe () avó/avô

() Outro. Qual? _____

Condições de Moradia

Qual ano houve a mudança para a moradia atual _____

A compra da moradia foi

() Fácil () Difícil

Se difícil, porquê? _____

Houve demora na entrega das chaves ou para conseguir entrar no programa

Qualidade da construção do empreendimento:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Limpeza e conservação dos espaços em torno da moradia:

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Segurança no interior do condomínio

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Iluminação nas áreas coletivas do condomínio

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Quantidades de vagas de estacionamento

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Qualidade da construção e acabamento do interior da moradia

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Alguma observação sobre a construção

Acesso a serviços

Saneamento básico (água, luz e esgoto)

Totalmente Satisfatório Satisfatório Médio Insatisfatório Totalmente Insatisfatório

Transporte Coletivo

Totalmente Satisfatório Satisfatório Médio Insatisfatório Totalmente Insatisfatório

Saúde (Posto de saúde e UPA)

Totalmente Satisfatório Satisfatório Médio Insatisfatório Totalmente Insatisfatório

Educação (creches e escolas)

Totalmente Satisfatório Satisfatório Médio Insatisfatório Totalmente Insatisfatório

Cultura

Totalmente Satisfatório Satisfatório Médio Insatisfatório Totalmente Insatisfatório

Lazer (praças e parques)

() Totalmente Satisfatório () Satisfatório () Médio () Insatisfatório () Totalmente Insatisfatório

Segurança pública

() Totalmente Satisfatório () Satisfatório () Médio () Insatisfatório () Totalmente Insatisfatório

Localização em relação ao centro da cidade

() Totalmente Satisfatório () Satisfatório () Médio () Insatisfatório () Totalmente Insatisfatório

Alguma observação sobre a qualidade do bairro onde a construção do empreendimento foi feita?
